DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

No exercício de 2017, a Gerdau priorizou a geração de caixa livre positiva que totalizou R$ 1,5 bilhão, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, mesmo diante de um cenário global de aço desafiador. Em 2017, as vendas alcançaram 14,9 milhões de toneladas, uma redução de 4% em relação a 2016, resultando em uma receita líquida consolidada de R$ 36,9 bilhões, levemente inferior à obtida em 2016. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consolidados atingiram R$ 4,3 bilhões e 11,7%, respectivamente, no ano 2017, superiores aos valores de 2016 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e Aços Especiais. Além disso, houve uma redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R$ 584 milhões), reflexo dos esforços de racionalização em todas as operações de negócio ao longo do ano de 2017. Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia (*impairment*), realizados ao longo de 2017, identificaram perdas de R$ 1,1 bilhão, registradas como itens não recorrentes no resultado, porém sem representar efeito caixa para a Companhia. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2017 atingiu R$ 522 milhões, aumento em relação a 2016, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e das menores despesas financeiras. No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R$ 136,5 milhões (R$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Em agosto de 2017, foi comunicado ao mercado um importante passo na evolução da Governança Corporativa da Gerdau a partir de 1º de janeiro de 2018, onde os membros da família Gerdau Johannpeter que integravam a Direção executiva - André Bier Gerdau Johannpeter, Diretor-Presidente (CEO) e os Vice-Presidentes Executivos Claudio Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter - passaram a se dedicar exclusivamente aos Conselhos de Administração, órgãos dos quais já faziam parte. Para liderar essa nova etapa executiva a partir janeiro de 2018, o Conselho de Administração escolheu Gustavo Werneck da Cunha, o qual atuava como Diretor Executivo da Operação Brasil, como novo Diretor-Presidente (CEO) da Gerdau.

Perfil

A Gerdau é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Desempenho da Gerdau no exercício de 2017

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As informações apresentadas neste documento não contemplam dados das empresas coligadas e com controle conjunto, exceto quando mencionado.

Consolidado	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	16.120	15.677	2,8%
Vendas de aço	14.937	15.558	-4,0%
Resultados (R$ milhões)			
Receita líquida	36.918	37.652	-1,9%
Custo das vendas	(33.313)	(34.188)	-2,6%
Lucro bruto	3.605	3.464	4,1%
Margem bruta	9,8%	9,2%	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.655)	(2.239)	-26,1%
Despesas com vendas	(525)	(711)	-26,2%
Despesas gerais e administrativas	(1.130)	(1.528)	-26,0%
EBITDA ajustado	4.321	4.049	6,7%
Margem EBITDA ajustada	11,7%	10,8%	

Produção e Vendas

• Em termos consolidados, as vendas no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido aos menores volumes vendidos na ON Brasil, além da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia.

Resultado Operacional

• Em 2017, a receita líquida consolidada e o custo das vendas apresentaram redução em relação a 2016, em função dos menores volumes vendidos. • Em termos consolidados, na comparação do ano de 2017 com 2016, o lucro bruto apresentou aumento devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul, resultando em uma leve recuperação da margem bruta consolidada nos períodos comparados. • O EBITDA ajustado apresentou aumento no ano de 2017, se comparado com o ano de 2016, em virtude do maior lucro bruto e da redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R$ 584 milhões).

Composição do EBITDA consolidado (R$ milhões)	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Lucro líquido	(339)	(2.885)	-88,2%
Resultado financeiro líquido	1.143	945	21,0%
Provisão para IR e CS	296	304	-2,6%
Depreciação e amortizações	2.092	2.536	-17,5%
EBITDA - Instrução CVM [1]	3.192	900	254,7%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	1.115	2.918	-61,8%
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	722	58	1144,8%
Resultado da Equivalência Patrimonial	35	13	169,2%
EBITDA proporcional das empresas controladas e com controle compartilhado	187	160	16,9%
Reversão de passivos contingentes, líquido	(930)	-	-
EBITDA ajustado[2]	**4.321**	**4.049**	**6,7%**
Margem EBITDA ajustada	**11,7%**	**10,8%**	

[1] - Medição não contábil calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527.
[2] - Medição não contábil elaborada pela Companhia.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. A Companhia apresenta o EBITDA ajustado para fornecer informações adicionais sobre a geração de caixa no período.

Conciliação do EBITDA consolidado (R$ milhões)	Exercício 2017	Exercício 2016
EBITDA - Instrução CVM [1]	3.192	900
Depreciação e amortizações	(2.092)	(2.536)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS [2]	**1.100**	**(1.636)**

[1] - Medição não contábil calculada de acordo com a Instrução CVM nº 527.
[2] - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados consolidados.

• No exercício de 2017, a Companhia e suas controladas reverteram a provisão para contingência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituída desde 2009 até 2016. Essa reversão foi baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, e está amparada pelo posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia, de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF. Como resultado líquido desta reversão e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o período de três meses findo em 31/03/2017, a Companhia registrou os montantes de R$ 930 milhões na linha de "Reversão de passivos contingentes, líquidos" (resultado operacional) e R$ 370 milhões na linha de "Reversão de atualização de passivos contingentes', líquido" (resultado financeiro) na sua demonstração dos resultados consolidados. O imposto de renda e contribuição social sobre essa reversão e outras provisões totalizou R$ 442 milhões, sendo que o efeito líquido desses valores, que totalizou R$ 858 milhões, foi considerado como item não recorrente no resultado consolidado da Companhia. A Gerdau enfatiza, contudo, que, existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro.

Perdas pela não recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

• A Gerdau apresenta suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Esse padrão determina que sejam realizados testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado de cada segmento. • Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia realizados ao longo de 2017 e de 2016 identificaram perdas classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não recuperabilidade de ativos por operação de negócio (R$ milhões)	Exercício 2017			Exercício 2016		
	ON Brasil	ON América do Norte	Consolidado	ON América do Norte	ON América do Sul	Consolidado
Ágio	-	850	850	2.679	-	2.679
Imobilizado	45	220	265	100	139	239
Total	**45**	**1.070**	**1.115**	**2.779**	**139**	**2.918**

Resultado financeiro e lucro líquido

Consolidado (R$ milhões)	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos [1]	**1.100**	**(1.636)**	**-**
Resultado financeiro	(1.143)	(945)	21,0%
Receitas financeiras	226	252	-10,3%
Despesas financeiras	(1.726)	(2.010)	-14,1%
Variação cambial, líquida	(4)	852	-
Variação cambial sobre hedge de investimento líquido	*(9)*	*675*	-
Variação cambial - demais contas	*5*	*177*	-97,2%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	370	-	-
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido	(9)	(39)	-76,9%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos [1]	**(43)**	**(2.581)**	**-98,3%**
Imposto de renda e contribuição social	(296)	(304)	-2,6%
IR/CS sobre hedge de investimento líquido	*9*	*(675)*	-
IR/CS - demais contas	*19*	*371*	-94,9%
IR/CS sobre itens não recorrentes	*118*	-	-
IR/CS sobre reversão de passivos contingentes	*(442)*	-	-
Lucro (prejuízo) líquido consolidado [1]	**(339)**	**(2.885)**	**-88,2%**
Itens não recorrentes	861	2.976	-71,1%
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	722	58	1.144,8%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	1.115	2.918	-61,8%
IR/CS sobre itens não recorrentes	(118)	-	-
Reversão de passivos contingentes, líquido de IR/CS	(858)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido consolidado ajustado [2]	**522**	**91**	**473,6%**

[1] - Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados da Companhia.
[2] - Medição não contábil elaborada pela Companhia para demonstrar o lucro líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa.

• No ano de 2017 quando comparado com o ano de 2016, o maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 1,5% em 2017 contra uma apreciação de 16,5% em 2016), ainda que as despesas financeiras tenham reduzido nos períodos comparados. • Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil como *hedge* de parte dos investimentos em controladas no exterior. Como consequência, apenas o efeito da variação cambial da parte da dívida que não está atrelada ao *hedge* de investimento é reconhecido no resultado financeiro e tem seu efeito neutralizado na linha de "IR/CS sobre *hedge* de investimento líquido". • O lucro líquido consolidado ajustado pelos itens não recorrentes em 2017 apresentou aumento em relação a 2016, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e das menores despesas financeiras.

Dividendos

• No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R$ 136,5 milhões (R$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros pré-existentes.

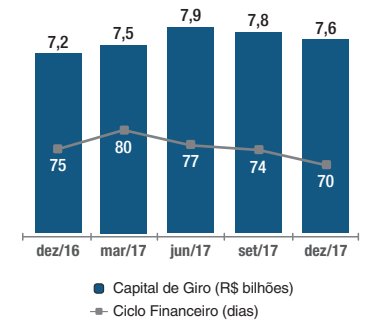
Investimentos

• No ano de 2017, os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R$ 873 milhões, com foco em manutenção e atualização tecnológica das unidades industriais. Do valor total desembolsado no ano, 40,0% foram destinados para a ON Brasil, 33,4% para a ON América do Norte, 14,2% para a ON América do Sul e 12,4% para a ON Aços Especiais. • Para 2018 a previsão de desembolso de CAPEX é de R$ 1,2 bilhão, com foco em melhoria de produtividade e manutenção.

Desinvestimentos

• Em 30 de junho de 2017, a Gerdau concluiu a operação de criação de uma *joint venture*, a partir da venda de 50% de sua participação na Gerdau Diaco, na Colômbia, com a Putney Capital Management, que já é sócia na operação na República Dominicana. A transação atribuiu à *joint venture* um valor econômico de R$ 546 milhões, sendo que os 50% detidos pela Gerdau tem o valor econômico de R$ 273 milhões. Como resultado da operação, a Companhia reconheceu uma despesa de R$ 72 milhões na linha de Resultado em operações com empresas controladas em sua Demonstração dos Resultados do 2T17. • Conforme comunicado em 4 de outubro de 2017, a Gerdau assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile para os grupos familiares chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones. O valor econômico da transação correspondeu a US$ 154 milhões (equivalentes a R$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno. • Conforme fato relevante de 02 de janeiro de 2018, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US$ 600 milhões (equivalentes a R$ 2,0 bilhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. Adicionalmente, em virtude da mensuração do ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, a Companhia reconheceu uma despesa líquida de imposto de renda de R$ 649 milhões na linha de Resultado em operações com empresas controladas em sua Demonstração dos Resultados. • Em comunicado de 31 de janeiro de 2018, a Companhia anunciou um acordo definitivo de venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, assim como duas unidades de processamento para a Optimus por US$ 92,5 milhões (equivalentes a R$ 292,5 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, o qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. O acordo inclui a usina da Companhia localizada em Beaumont, Texas e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products. A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo. • Em 14 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu comunicado sobre a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento. • A Gerdau segue executando sua estratégia de focar-se em seus ativos de maior rentabilidade e, desde 2014, o valor econômico dos desinvestimentos realizados nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e no Brasil ultrapassa R$ 6 bilhões. Esses movimentos estão alinhados ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco na redução da alavancagem financeira.

Capital de giro e Ciclo financeiro



• Em dezembro de 2017, o ciclo financeiro (capital de giro dividido pela receita líquida diária do trimestre) apresentou queda em relação a setembro de 2017 em função do aumento de 3,6% na receita líquida e da redução de 2,8% no capital de giro. No cálculo do ciclo financeiro de dezembro de 2017 o capital de giro ainda contempla os ativos e passivos decorrentes da venda das operações na América do Norte e no Chile, ainda que nas demonstrações financeiras da Companhia esses valores tenham sido expurgados das linhas "contas a receber de clientes", "estoques" e "fornecedores" e apresentados nas linhas "ativo mantido para venda" e "passivo mantido para venda", por conta da norma IFRS.

Passivo financeiro

Composição da dívida (R$ milhões)	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	2.004	4.458
Não circulante	14.505	16.125
Dívida Bruta	**16.509**	**20.583**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.377	6.088
Dívida líquida	**13.132**	**14.495**

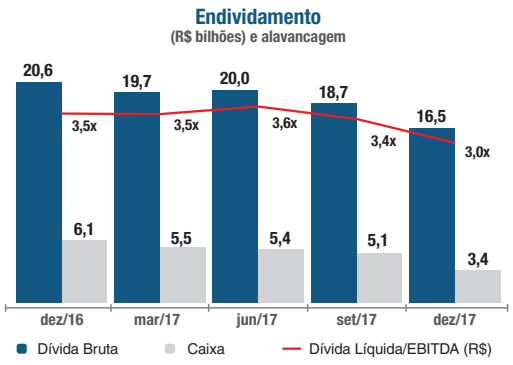
• Em 31 de dezembro de 2017, 12,1% da dívida bruta era de curto prazo e 87,9% de longo prazo e era composta por 16,7% em reais, 80,8% em dólar norte-americano e 2,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R$ 4,1 bilhões de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017 ocorreu devido à amortização do *Bond* 2017 e demais financiamentos de capital de giro e de imobilizado, o que contribuiu também para a redução da dívida líquida. • A redução do caixa em R$ 2,7 bilhões, de dezembro de 2016 para dezembro de 2017, ocorreu, principalmente, pela amortização de dívidas de capital de giro e imobilizado. Em 31 de dezembro de 2017, 88,6% do caixa eram detidos pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólar norte-americano. • O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2017, era de 6,4%, sendo que 7,5% para o montante denominado em reais, de 5,5% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 7,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 6,7 anos. • O cronograma de pagamento da parcela não circulante da dívida bruta era o seguinte em 31 de dezembro de 2017:

Não Circulante	R$ milhões
2019	873
2020	3.164
2021	1.751
2022	149
2023	1.891
2024	3.092
2025 e após	3.585
Total	**14.505**

• Os principais indicadores da dívida eram os seguintes:

Indicadores	31/12/2017	31/12/2016
Dívida bruta/Capitalização total [1]	41%	45%
Dívida líquida[2] (R$) / EBITDA [3] (R$)	3,0x	3,5x

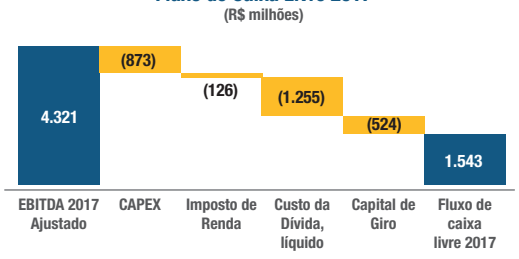
[1] - Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta - juros sobre a dívida.
[2] - Dívida líquida = dívida bruta - juros sobre a dívida - caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.
[3] - EBITDA ajustado acumulado dos últimos 12 meses.



• Em outubro de 2017 a Gerdau efetuou a recompra de US$ 552 milhões dos bonds 2021 e de US$ 35 milhões dos bonds 2020 (valores de principal de cada emissão) e para isso, emitiu US$ 650 milhões em novos títulos de dívida, com vencimento em 2027 e cupom de 4,875% ao ano. O objetivo dessas operações foi alongar o prazo médio da dívida e trazer um cronograma mais equilibrado de pagamentos para os próximos anos.

Fluxo de Caixa Livre (FCF)

• No ano de 2017 a geração de fluxo de caixa livre foi de R$ 1,5 bilhão decorrente do EBITDA ajustado, que foi mais que suficiente para honrar os compromissos de capex, imposto de renda e juros, além de um consumo de capital de giro de R$ 524 milhões. Esse fluxo de caixa livre positivo vai ao encontro da estratégia da Companhia de disciplina de capital como já ocorrido nos últimos 5 anos, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço.

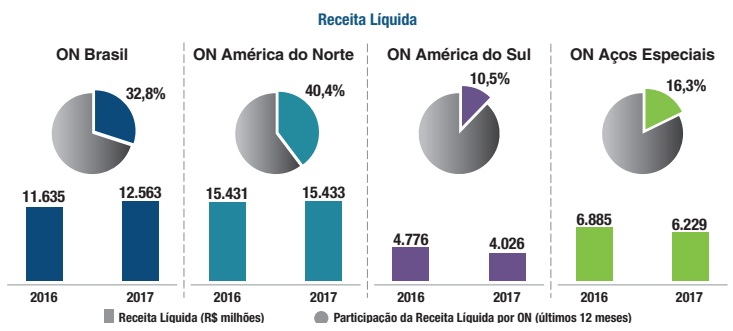


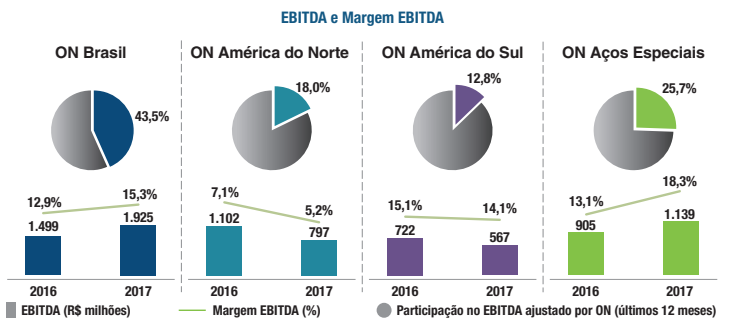
OPERAÇÕES DE NEGÓCIO (ON)

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber: • **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) - inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil; • **ON América do Norte** (Operação de Negócio América do Norte) - inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além das empresas de controle conjunto e coligada, ambas localizadas no México; • **ON América do Sul** (Operação de Negócio América do Sul) - inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além das empresas de controle conjunto na República Dominicana e na Colômbia; • **ON Aços Especiais** (Operação de Negócio Aços Especiais) - inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e na Índia.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO





ON Brasil

ON Brasil	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	6.131	6.134	0,0%
Vendas de aços longos	4.261	4.555	-6,5%
Mercado Interno	2.584	2.703	-4,4%
Exportações	1.677	1.852	-9,4%
Vendas de aços planos	1.347	1.513	-11,0%
Mercado Interno	1.033	1.005	2,8%
Exportações	314	508	-38,2%
Vendas totais	**5.608**	**6.068**	**-7,6%**
Mercado Interno	**3.617**	**3.708**	**-2,5%**
Exportações	**1.991**	**2.360**	**-15,6%**
Resultados (R$ milhões)			
Receita líquida[1]	12.563	11.635	8,0%
Mercado Interno	9.507	8.569	10,9%
Exportações	3.056	3.066	-0,3%
Custo das vendas	(10.996)	(10.405)	5,7%
Lucro bruto	1.567	1.230	27,4%
Margem bruta (%)	12,5%	10,6%	
EBITDA	1.925	1.499	28,4%
Margem EBITDA (%)	15,3%	12,9%	

[1] - Inclui receita de venda de minério de ferro.

• As vendas de aço no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido, principalmente, à queda de exportações em função da baixa rentabilidade por maiores custos. A queda de demanda no mercado interno ocorreu em função do menor nível de atividade da construção civil. • O aumento da receita líquida verificado em 2017 em relação a 2016 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida no mercado interno e nas exportações, apesar da queda nos volumes vendidos. • O custo das vendas em 2017 quando comparado com 2016, apresentou aumento em função dos maiores custos de matéria prima. O aumento da margem bruta de 2016 para 2017 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida ter superado os maiores custos de matéria-prima. • O EBITDA e a margem EBITDA em 2017 quando comparados com 2016 apresentaram aumento superior à evolução do lucro bruto e da margem bruta em função da redução de 20,5% nas despesas com vendas, gerais e administrativas.

ON América do Norte

ON América do Norte	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	6.764	5.988	13,0%
Vendas de aço	6.313	5.965	5,8%
Resultados (R$ milhões)			
Receita líquida	15.433	15.431	0,0%
Custo das vendas	(14.824)	(14.515)	2,1%
Lucro bruto	609	916	-33,5%
Margem bruta (%)	3,9%	5,9%	
EBITDA	797	1.102	-27,7%
Margem EBITDA (%)	5,2%	7,1%	

• O aumento da produção verificada em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela readequação dos níveis de estoques ao maior patamar de vendas. • As vendas de 2017 em relação a 2016 apresentaram aumento em função da manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial, além da menor pressão de produtos importados na região. • A receita líquida de 2017 apresentou estabilidade em relação a 2016 devido à menor receita líquida por tonelada vendida em reais impactada pelo câmbio (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano), apesar do aumento dos volumes vendidos no período. • O custo das vendas apresentou aumento em 2017 em relação a 2016, devido aos maiores volumes vendidos e ao aumento das matérias-primas, apesar do impacto da variação cambial. A redução da margem bruta se deu pela alta competição no mercado doméstico, onde o aumento da receita líquida em dólares não acompanhou o aumento dos custos. • A redução do EBITDA e da margem EBITDA no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016 acompanhou a queda do lucro bruto e da margem bruta. Cabe destacar a redução de 26,8% nas despesas com vendas, gerais e administrativas.

ON América do Sul

ON América do Sul	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	1.043	1.231	-15,3%
Vendas de aço	1.723	2.088	-17,5%
Resultados (R$ milhões)			
Receita líquida	4.026	4.776	-15,7%
Custo das vendas	(3.523)	(4.103)	-14,1%
Lucro bruto	503	673	-25,3%
Margem bruta (%)	12,5%	14,1%	
EBITDA	567	722	-21,5%
Margem EBITDA (%)	14,1%	15,1%	

• A redução nas vendas, receita líquida e custo das vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia. • A redução da margem bruta ocorreu devido ao menor desempenho das operações da Argentina e da Venezuela. • O EBITDA e a margem EBITDA do exercício de 2017 apresentaram comportamentos semelhantes ao lucro bruto e a margem bruta.

ON Aços Especiais

ON Aços Especiais	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação 2017/2016
Volumes (1.000 toneladas)			
Produção de aço bruto	2.182	2.324	-6,1%
Vendas de aço	1.977	2.102	-5,9%
Resultados (R$ milhões)			
Receita líquida	6.229	6.885	-9,5%
Custo das vendas	(5.301)	(6.239)	-15,0%
Lucro bruto	928	646	43,7%
Margem bruta (%)	14,9%	9,4%	
EBITDA	1.139	905	25,9%
Margem EBITDA (%)	18,3%	13,1%	

• A redução da produção e das vendas de 2017 em relação a 2016 deveu-se à alienação das unidades na Espanha, ocorrida em 2016. Desconsiderando este efeito, as vendas apresentaram aumento nas demais operações. • A redução da receita líquida e do custo das vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha. • O aumento do lucro bruto e da margem bruta de 2017 quando comparados com 2016 ocorreram pelo melhor desempenho das unidades nos Estados Unidos e Brasil, além da alienação das unidades da Espanha, as quais apresentavam a menor rentabilidade dessa ON. • O aumento do EBITDA e da margem EBITDA de 2017 em relação a 2016 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta. Cabe destacar a redução de 41,5% nas despesas com vendas, gerais e administrativas.

INFORMAÇÕES CONTROLADORA

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Companhia exerce atividades de participação em outras empresas, além de dedicar-se à produção e à comercialização de produtos de aço no segmento de aços especiais.

Resultados

• A Gerdau S.A. tem parte substancial de seu resultado proveniente de investimentos em controladas e coligadas. No exercício de 2017, esses investimentos resultaram em uma equivalência patrimonial positiva de R$ 48,1 milhões. O valor desses investimentos, em 31 de dezembro de 2017, totalizava R$ 28,3 bilhões. • A comercialização de produtos de aço, em 2017, foi de 397 mil toneladas, gerando uma receita líquida de vendas de R$ 1,3 bilhão, com custo das vendas de R$ 1,1 bilhão. A margem bruta do ano situou-se em 13,5%. • No 1T17, a Companhia reverteu a provisão para contingência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituída desde 2009 até 2016. Essa reversão foi baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, e está amparada pelo posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia, de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF. Como resultado líquido desta reversão, a Companhia registrou os montantes de R$ 117 milhões na linha de "Reversão de passivos contingentes, líquidos" (resultado operacional) e R$ 45 milhões na linha de "Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido" (resultado financeiro) na sua demonstração dos resultados. O imposto de renda e contribuição social sobre essa reversão totalizou R$ 55 milhões, sendo que o efeito líquido desses valores, que totalizou R$ 107 milhões, foi considerado como item não recorrente no resultado da Companhia. • A Companhia enfatiza, contudo, que, existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro. • No exercício de 2017, o resultado financeiro (receitas financeiras, despesas financeiras, variação cambial líquida e perdas com instrumentos financeiros) foi negativo em R$ 573,5 milhões, contra um resultado positivo de R$ 503,8 milhões em 2016. Essa variação no resultado financeiro foi decorrente, principalmente, do efeito da variação cambial sobre dívidas com partes relacionadas (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 1,5% em 2017 e apreciação de 16,5% em 2016), além de menores despesas financeiras nos períodos comparados. • A Gerdau S.A. registrou um resultado líquido negativo de R$ 359,4 milhões no exercício de 2017, equivalente a R$ 0,21 por ação em circulação, contra um resultado também negativo de R$ 2,9 bilhões em 2016. Essa redução do resultado negativo ocorreu, basicamente, em função da melhora no resultado da equivalência patrimonial, parcialmente compensada pelo efeito da variação cambial nos períodos comparados. • Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 23,6 bilhões, representando um valor patrimonial de R$ 13,83 por ação. • A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) mais partes relacionadas totalizavam R$ 6,9 bilhões em 31 de dezembro de 2017 e R$ 7,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016. A redução verificada nos períodos comparados ocorreu, principalmente, em função de pagamentos de financiamentos e debêntures.

Dividendos

• No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R$ 136,5 milhões (R$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros preexistentes.

Período	Dividendos (R$ milhões)	Por ação (R$)	Quantidade de Ações (milhões)	Data do pagamento
2º trimestre	34,2	0,02	1.709	01/09/2017
3º trimestre	51,3	0,03	1.709	01/12/2017
4º trimestre	51,0	0,03	1.699	21/03/2018
Total	**136,5**	**0,08**		

Operações Societárias

• Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Aços Forjados S.A. (Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos. Em 31/01/2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Aços Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Aços Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%. • Em 29/12/2017, a Gerdau S.A. incorporou as controladas Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A., sendo que todos os ativos e passivos detidos por estas controladas passaram a ser de titularidade da Gerdau S.A.

RELACIONAMENTO COM A AUDITORIA EXTERNA

• A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. • Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Honorários relacionados à auditoria referem-se serviços como due diligence tradicionalmente realizados por um auditor externo em aquisições e consultoria sobre padrões e transações contábeis. Honorários não relacionados à auditoria correspondem, principalmente, a serviços prestados em compliance de requisitos tributários às subsidiárias da Companhia no exterior. • Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Gerdau S.A. informa que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2017.

AGRADECIMENTO

• Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

• Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.615	34.311	2.555.338	5.063.383
Aplicações financeiras					
Títulos para negociação	4	3.743	2.896	821.518	1.024.411
Contas a receber de clientes	5	292.852	177.230	2.798.420	3.576.699
Estoques	6	391.456	254.596	6.701.404	6.332.730
Créditos tributários	7	20.795	18.023	402.429	504.429
Imposto de renda/contribuição social a recuperar		62.217	74.409	487.633	623.636
Dividendos a receber		151.213	91.926	-	-
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	-	-	2.557
Ativo mantido para venda	3.4	-	-	3.745.634	-
Outros ativos circulantes		41.863	41.364	469.737	668.895
		1.056.754	694.755	17.982.113	17.796.740
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					
Créditos tributários	7	5.679	10.919	30.841	56.703
Imposto de renda/contribuição social diferidos	8	1.404.735	1.420.348	3.054.393	3.407.230
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	15	-	-	-	10.394
Partes relacionadas	18	5.987	-	51.839	57.541
Depósitos judiciais	17	451.605	250.511	2.051.181	1.861.784
Outros ativos não-circulantes		41.143	15.551	542.973	447.260
Gastos antecipados com plano de pensão	19	320	489	1.149	56.797
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	9	28.294.244	29.331.436	1.280.299	798.844
Ágios	11	-	-	7.891.142	9.470.016
Outros intangíveis	12	-	-	972.089	1.319.941
Imobilizado	10	1.163.385	1.164.686	16.443.742	19.351.891
		31.367.098	32.193.940	32.319.648	36.838.401
TOTAL DO ATIVO		32.423.852	32.888.695	50.301.761	54.635.141

PASSIVO

	Nota	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		219.392	94.687	3.179.954	2.743.818
Empréstimos e financiamentos	13	105.313	239.794	2.004.341	4.458.220
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	23.029	15.467	284.101	341.190
Imposto de renda/contribuição social a recolher		29.955	211	70.242	74.458
Salários a pagar		35.602	26.815	443.859	464.494
Benefícios a empregados	19	-	-	253	409
Provisão para passivos ambientais	20	496	893	21.928	17.737
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	-	-	-	6.584
Passivo mantido para venda	3.4	-	-	1.084.032	-
Outros passivos circulantes		110.885	21.517	625.410	514.599
		524.672	399.384	7.714.120	8.621.509
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	152.798	188.414	14.457.315	15.959.590
Debêntures	14	634.878	822.982	47.928	165.423
Partes relacionadas	18	6.093.327	6.138.673	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	82.686	395.436
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15	-	-	1.267	-
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	195.320	297.992	827.883	2.239.226
Provisão para passivos ambientais	20	-	-	63.263	66.069
Benefícios a empregados	19	-	-	1.424.611	1.504.394
Obrigações com FIDC	21	1.135.077	1.007.259	1.135.077	1.007.259
Outros passivos não-circulantes		42.579	5.855	653.670	401.582
		8.253.979	8.461.175	18.693.700	21.738.979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Capital social		19.249.181	19.249.181	19.249.181	19.249.181
Ações em tesouraria		(76.085)	(98.746)	(76.085)	(98.746)
Reserva de capital		11.597	11.597	11.597	11.597
Reserva de lucros		3.315.374	3.763.207	3.315.374	3.763.207
Ajustes de avaliação patrimonial		1.145.134	1.102.897	1.145.134	1.102.897
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		23.645.201	24.028.136	23.645.201	24.028.136
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		-	-	248.740	246.517
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.645.201	24.028.136	23.893.941	24.274.653
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.423.852	32.888.695	50.301.761	54.635.141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	1.291.527	1.230.079	36.917.619	37.651.667
Custo das vendas	29	(1.116.959)	(1.099.721)	(33.312.995)	(34.187.941)
LUCRO BRUTO		174.568	130.358	3.604.624	3.463.726
Despesas com vendas	29	(3.994)	(8.625)	(524.965)	(710.766)
Despesas gerais e administrativas	29	(61.366)	(50.277)	(1.129.943)	(1.528.262)
Outras receitas operacionais	29	28.044	15.910	260.618	242.077
Outras despesas operacionais	29	(26.882)	(15.265)	(168.887)	(114.230)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	28	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	3.4	-	-	(721.682)	(58.223)
Reversão de passivos contingentes, líquido	17	116.925	-	929.711	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	48.074	(3.248.333)	(34.597)	(12.771)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		275.369	(3.176.232)	1.100.072	(1.636.360)
Receitas financeiras	30	57.226	27.265	226.615	252.045
Despesas financeiras	30	(589.358)	(698.325)	(1.726.284)	(2.010.005)
Variação cambial, líquida	30	(86.074)	1.176.355	(4.057)	851.635
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	17	44.751	-	369.819	-
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	30	-	(1.447)	(9.441)	(38.930)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		(298.086)	(2.672.384)	(43.276)	(2.581.615)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	8	(32.841)	725	(313.758)	(110.511)
Diferido	8	(28.433)	(219.152)	18.367	(193.803)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(359.360)	(2.890.811)	(338.667)	(2.885.929)
ATRIBUÍDO À:					
Participação dos acionistas controladores				(359.360)	(2.890.811)
Participação dos acionistas não-controladores				20.693	4.882
				(338.667)	(2.885.929)
Lucro (Prejuízo) básico por ação - ordinária e preferencial - R$	23	(0,21)	(1,70)	(0,21)	(1,70)
Lucro (Prejuízo) diluído por ação - ordinária e preferencial - R$	23	(0,21)	(1,70)	(0,21)	(1,70)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido apurado na demonstração dos resultados	(359.360)	(2.890.811)
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial	(16.745)	(251.195)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	402.560	(5.001.443)
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira (*)	(76.430)	(1.237.175)
(Perdas) Ganhos não realizados em *hedge* de investimento líquido (*)	(148.548)	1.678.852
Hedge de fluxo de caixa (*):		
(Perdas) Ganhos não realizados	(11.351)	239
	149.486	(4.810.722)
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no Futuro		
Perdas atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido (*)	(115.386)	(42.091)
	(115.386)	(42.091)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	34.100	(4.852.813)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(325.260)	(7.743.624)

Consolidado	2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	(338.667)	(2.885.929)
Valores potencialmente reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no Futuro		
Outros resultados abrangentes de empresas controladas em conjunto e coligadas reconhecidas por equivalência patrimonial	(16.745)	(251.195)
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	409.280	(5.036.586)
Reclassificação para o resultado de ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	(76.430)	(1.237.175)
(Perdas) Ganhos não realizados em *hedge* de investimento líquido	(148.560)	1.679.312
Hedge de fluxo de caixa:		
(Perdas) Ganhos não realizados	(11.364)	212
	156.181	(4.845.432)
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados Consolidados no futuro		
Perdas atuariais líquidas não realizadas com plano de pensão de benefício definido	(115.880)	(42.181)
	(115.880)	(42.181)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	40.301	(4.887.613)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(298.366)	(7.773.542)
Total do resultado abrangente atribuído à:		
Participação dos acionistas controladores	(325.260)	(7.743.624)
Participação dos acionistas não-controladores	26.894	(29.918)
	(298.366)	(7.773.542)

(*) Correspondem a outros resultados abrangentes de controladas.
Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos, quando aplicável.
Os efeitos fiscais destes itens estão apresentados na nota 8.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(359.360)	(2.890.811)	(338.667)	(2.885.929)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	29	107.350	134.335	2.092.551	2.535.955
Perda pela não recuperabilidade de ativos	28	-	-	1.114.807	2.917.911
Equivalência patrimonial	9	(48.074)	3.248.333	34.597	12.771
Variação cambial, líquida	30	86.074	(1.176.355)	4.057	(851.635)
Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido	30	-	1.447	9.441	38.930
Benefícios pós-emprego		922	1.216	192.724	229.767
Planos de incentivos de longo prazo		434	270	35.576	46.683
Imposto de renda e contribuição social	8	61.274	218.427	295.391	304.314
Ganho na alienação de imobilizado		-	-	(69.510)	(43.340)
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	3.4	-	-	721.682	58.223
Provisão para risco de crédito	5	2.144	2.400	18.342	68.781
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	17	21.582	29.393	(110.281)	347.882
Reversão de passivos contingentes, líquido	17	(116.925)	-	(929.711)	-
Receita de juros de aplicações financeiras		(140)	(177)	(75.387)	(107.980)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	30	86.714	146.386	1.323.448	1.540.797
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	17	(44.751)	-	(369.819)	-
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	18	332.611	358.664	(95)	2.457
Provisão (Reversão) de ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido	6	227	-	(20.195)	(31.492)
		130.082	73.528	3.928.951	4.184.095
Variação de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber		9.814	87.467	(54.690)	64.805
(Aumento) Redução de estoques		(46.508)	(72.922)	(1.269.455)	794.591
Aumento de contas a pagar		39.248	27.459	800.164	110.466
Redução (Aumento) de outros ativos		36.914	72.563	(371.745)	(275.938)
Aumento (Redução) de outros passivos		96.725	84.728	(56.909)	(287.487)
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio		477.519	474.879	40.644	124.495
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(12.120)	(3.424)	(2.390.104)	(880.436)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		12.101	-	2.905.411	1.089.972
Caixa gerado pelas atividades operacionais		743.775	744.278	3.532.267	4.924.563
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(89.918)	(145.419)	(1.330.116)	(1.240.165)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(126.023)	(168.032)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		653.857	598.859	2.076.128	3.516.366
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado	10	(44.673)	(67.121)	(873.329)	(1.323.891)
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e íntangíveis		-	-	554.457	308.694
Adições de outros ativos intangíveis	12	-	-	(37.939)	(54.044)
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado		-	-	(178.670)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(44.673)	(67.121)	(535.481)	(1.069.241)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Redução de capital de controlada		146.798	-	-	-
Compras de ações em tesouraria		-	(95.343)	-	(95.343)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(83.957)	(85.279)	(86.386)	(85.962)
Empréstimos e financiamentos obtidos		1.641.304	2.498.952	3.265.860	2.455.371
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(1.783.709)	(2.387.057)	(7.241.401)	(4.605.406)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		(471.316)	(447.669)	5.797	(6.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(550.880)	(516.396)	(4.056.130)	(2.337.832)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	7.438	(693.990)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		58.304	15.342	(2.508.045)	(584.697)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.311	18.969	5.063.383	5.648.080
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		92.615	34.311	2.555.338	5.063.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores														
				Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial							
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Lucros acumulados	Resultado de operações com acionistas não controladores	Ganhos e perdas em *hedge* de Investimento líquido	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2016	19.249.181	(383.363)	11.597	628.228	611.531	5.668.300	-	(2.877.488)	(6.083.288)	15.021.878	(160.775)	31.685.801	284.582	31.970.383
Alterações no Patrimônio Líquido em 2016														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.890.811)	-	-	-	-	(2.890.811)	4.882	(2.885.929)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.678.852	(6.489.813)	(41.852)	(4.852.813)	(34.800)	(4.887.613)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(2.890.811)	-	1.678.852	(6.489.813)	(41.852)	(7.743.624)	(29.918)	(7.773.542)
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.230	51.230	184	51.414
Ações em tesouraria	-	(95.343)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.343)	(27)	(95.370)
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	10.461	-	-	-	(4.965)	-	-	-	-	-	5.496	64	5.560
Cessão e transferência de ações preferenciais	-	369.499	-	-	-	(163.699)	-	-	-	-	-	205.800	-	205.800
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	4.153	-	-	-	4.153	(6.405)	(2.252)
Destinações propostas em Assembleia Geral														
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.890.811)	2.890.811	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(85.377)	-	-	-	-	-	(85.377)	(1.963)	(87.340)
Saldo em 31/12/2016 (Nota 22)	19.249.181	(98.746)	11.597	628.228	611.531	2.523.448	-	(2.873.335)	(4.404.436)	8.532.065	(151.397)	24.028.136	246.517	24.274.653
Alterações no Patrimônio Líquido em 2017														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(359.360)	-	-	-	-	(359.360)	20.693	(338.667)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.548)	309.385	(126.737)	34.100	6.201	40.301
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(359.360)	-	(148.548)	309.385	(126.737)	(325.260)	26.894	(298.366)
Efeitos com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.633	5.633	15	5.648
Planos de incentivos de longo prazo exercidos durante o exercício	-	22.661	-	-	-	(3.011)	-	-	-	-	-	19.650	32	19.682
Efeitos de alterações de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	2.504	-	-	-	2.504	(21.698)	(19.194)
Destinações propostas em Assembleia Geral														
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(359.360)	359.360	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(85.462)	-	-	-	-	-	(85.462)	(3.020)	(88.482)
Saldo em 31/12/2017 (Nota 22)	19.249.181	(76.085)	11.597	628.228	611.531	2.075.615	-	(2.870.831)	(4.552.984)	8.841.450	(272.501)	23.645.201	248.740	23.893.941

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
ENTRADAS								
Receita bruta de produtos, serviços e outros [1]	1.602.079		1.519.929		40.345.566		40.732.483	
Provisão para risco de crédito	(2.144)		(2.400)		(18.342)		(68.781)	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	53.875		76.904		917.589		1.511.266	
Reversão de passivos contingentes, líquido	116.925		-		929.711		-	
SAÍDAS								
Matéria-prima e materiais de uso e consumo, bruto de impostos	(1.134.597)		(920.448)		(26.279.114)		(25.918.620)	
Serviços de terceiros	(23.207)		(113.660)		(3.958.030)		(4.531.377)	
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	-		-		(721.682)		(58.223)	
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-		-		(1.114.807)		(2.917.911)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	612.931		560.325		10.100.891		8.748.837	
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(107.350)		(138.008)		(2.092.551)		(2.535.955)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	505.581		422.317		8.008.340		6.212.882	
VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS								
Equivalência patrimonial	48.074		(3.248.333)		(34.597)		(12.771)	
Receitas financeiras	57.226		27.265		226.615		252.045	
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	44.751		-		369.819		-	
Receitas de aluguel	3.797		-		15.285		9.292	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	659.429	100,0%	(2.798.751)	100,0%	8.585.462	100,0%	6.461.448	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governos	174.211	26,4%	338.802	-12,1%	2.297.390	26,8%	2.280.819	35,3%
Impostos e contribuições federais	134.722	20,4%	312.314	-11,2%	1.292.225	15,1%	1.463.444	22,6%
Impostos e contribuições estaduais	37.081	5,6%	23.926	-0,9%	821.947	9,6%	608.560	9,4%
Impostos e contribuições municipais	2.408	0,4%	2.562	0,0%	183.218	2,1%	208.815	3,3%
Colaboradores	159.944	24,3%	220.058	-7,9%	4.842.697	56,4%	5.681.883	87,9%
Salários	129.250	19,7%	158.740	-5,7%	3.670.287	42,8%	4.260.196	65,9%
Benefícios	19.927	3,0%	36.248	-1,3%	879.285	10,2%	1.066.900	16,5%
Participação nos resultados	10.767	1,6%	25.070	-0,9%	293.125	3,4%	354.787	5,5%
Financiadores [2]	684.634	103,8%	(466.800)	16,8%	1.784.042	20,8%	1.384.675	21,4%
Acionistas	85.462	13,0%	85.377	-3,1%	87.195	1,0%	87.340	1,4%
Absorção de Prejuízos	(444.822)	-67,5%	(2.976.188)	106,3%	(425.862)	-5,0%	(2.973.269)	-46,0%
TOTAL	659.429		(2.798.751)		8.585.462		6.461.448	

[1] Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais
[2] Inclui variações cambiais e monetárias e juros capitalizados
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital. A Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2017. **a) Investimentos em empresas controladas:** A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as Demonstrações Financeiras Individuais da Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir. A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores". Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas. **b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:** Empresas com controle conjunto (*joint ventures)* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. **c) Investimentos em empresas controladas, coligadas e com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora:** Os investimentos nestas empresas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. **d) Método de Equivalência Patrimonial:** De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A.. **b) Transações e saldos:** Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas. **c) Empresas do grupo:** Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão: **i)** os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas; **ii)** as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; **iii)** todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e **iv)** os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima. **d) Hiperinflação na Venezuela:** A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela. A taxa de câmbio usada para converter as demonstrações financeiras da controlada na Venezuela da moeda local (Bolivar Forte) para o Real leva em consideração a taxa de conversão local conhecida como SIMADI (*Sistema Marginal de Divisas*), a qual é utilizada nas conversões do Bolivar Forte para o dólar americano como referencial para a conversão da moeda local para o Real. Esta taxa é equivalente a 1.011,19 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2017 (206,6116 Bolivar Forte por cada 1 Real em 31/12/2016). **2.3 - Ativos financeiros:** A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. O valor justo reconhecido em suas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas. A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 15. **a) Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. **b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Depósitos judiciais". São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. **c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Como descrito na nota 15, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). **d) Derivativos mensurados ao valor justo reconhecido no resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido". **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo e acrescido de juros auferidos, quando aplicável. **f) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras que estão classificadas como títulos para negociação são mensurados pelo seu valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação), em virtude do propósito do investimento ser a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **g) Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito. **h) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos parcialmente ou totalmente não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. **2.4 - Estoques:** Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6. **2.5 - Imobilizado:** A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas. Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.6 - Ágio:** O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade com controle em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas. **2.7 - Outros ativos intangíveis:** São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, *software* e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8). Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.1. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de acordo com a substância dos termos contratuais. **b) Empréstimos e financiamentos:** São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **c) Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. **d) Instrumentos financeiros derivativos e *hedge:*** A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras. Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes. A Companhia avalia, tanto no início da cobertura

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de *hedge* de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do *hedge*. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros. A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **2.11 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 19 e 25. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.13 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **2.14 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. **2.15 - Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas. **2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. **2.17 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 28), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **2.18 - Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras: a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas:** Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada. **b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente:** As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos. **c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores:** Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido. **d) Perda de controle de uma controlada:** Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente pela IAS 28 (CPC 18) ou IAS 39 (CPC 38). **2.19 - Informações por Segmento:** Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos. Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México e a empresa coligada no México, exceto Aços Especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e na Índia). **2.20 - Lucro por ação:** Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 23 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos. **2.21 - Planos de Incentivo de Longo Prazo:** A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 25. **2.22 - Ativo líquido mantido para venda:** A Companhia apresenta os ativos e passivos de unidades colocadas à venda em linhas específicas do Balanço Patrimonial, denominadas de Ativo mantido para venda e Passivo mantido para a venda, respectivamente, até a conclusão da operação de venda, a qual tem expectativa de ser concluída em até um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. A Companhia mensura o ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. **2.23 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas.

2.24 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB): As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2017 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2018 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras: - Emissão da norma IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018. O IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros. Os ativos financeiros passarão a ser classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no IAS 39: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda". O IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Os ativos financeiros da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31/12/2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a Provisão para risco de crédito. - Emissão da norma IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. O IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o IAS 18 - Receitas e o IAS 11 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em/ou após 1/01/2018. O IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Com base nisso, a Companhia não espera impacto significativo em suas Demonstrações Financeiras pela adoção da norma IFRS 15. Adicionalmente, com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda e condições acordadas com os clientes são amplamente similares, portanto, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento e na mensuração da receita. - Emissão da norma IFRS 16 - Arrendamento. Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras do registro de suas operações de arrendamento mercantil operacional, porém não espera impactos significativos em relação ao total dos ativos imobilizados e dívidas existentes. - Revisão da norma IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento baseado em Ações. Aborda alterações em alguns parágrafos para melhor esclarecimento da aplicação da norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018 e não terá impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia. - Emissão da interpretação IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia está avaliando os impactos desta interpretação, porém não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

NOTA 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas: A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

Empresas Controladas	País	Percentual de participação Capital total (*) 2017	2016
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,36	99,35
Gerdau Aços Longos S.A. e controlada (2)	Brasil	99,12	99,11
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) (**)	Brasil	10,69	70,93
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	-	99,12
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e controladas (5)	Chile	99,00	99,00
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	-	99,55
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e controladas (6)	Hungria	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	90,03	90,03
Diaco S.A. e controlada (nota 3.4)	Colômbia	-	99,68
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (7)	México	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	-	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (8)	Argentina	99,98	99,96
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Steel India Ltd.	Índia	98,90	98,90

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada. (**) O percentual de participação ao considerar a participação no fundo detida pela controladora Metalúrgica Gerdau S.A. é de 51,11% em 2017 e 91,58% em 2016. (1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Reinforcing Steel, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company. (2) Controlada: Gerdau Açominas Overseas Ltd. (3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc.. (4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A.. (5) Controladas: Aza Participaciones S.A., Gerdau Aza S.A., Armacero Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A.. (6) Controladas: Gerdau Hungria y Cia SRC, Bogey Holding Company Spain S.L.. (7) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V.. (8) Controlada: Siderco S.A..

Em 29/12/2017, a Gerdau S.A. incorporou as controladas Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A., sendo que todos os ativos e passivos detidos por estas controladas passaram a ser de titularidade da Gerdau S.A. **3.2 - Entidades com controle em conjunto:** A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

Entidades com controle em conjunto	País	Percentual de participação Capital total (*) 2017	2016
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	45,00	45,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	-
Diaco S.A.	Colômbia	49,87	-

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Em 31/01/2017 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia. Em 30/06/2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aços longos da Gerdau na Colômbia, com capacidade anual instalada de aço de 674 mil toneladas. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US$ 165 milhões (equivalentes a R$ 546 milhões). Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro em montantes de R$ 226 milhões e R$ 175 milhões, respectivamente. Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49,87%. As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Entidades com controle em conjunto 2017	2016
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(91.553)	(126.723)
Total dos resultados abrangentes	(91.553)	(126.723)

3.3 - Empresas coligadas: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

Empresas coligadas	País	Percentual de participação Capital total (*) 2017	2016
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	México	49,00	49,00

(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada. As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas coligadas 2017	2016
Lucro líquido do exercício	26.099	141.023
Total dos resultados abrangentes	26.099	141.023

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

3.4 - Resultado em operações com entidades controladas e coligada: I) Entidade com controle em conjunto: Como resultado da operação descrita na nota 3.2, a Companhia recebeu US$ 44,7 milhões em caixa (equivalentes a R$ 147,9 milhões) e reconheceu uma despesa de R$ 72,5 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados, principalmente pelo ajuste a valor justo da participação remanescente de acordo com o estabelecido nas normas IFRS. **II) Ativos e passivos mantidos para venda:** Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile para os grupos familiares chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones. Os ativos incluídos na venda são unidades industriais de aços longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US$ 154 milhões (equivalentes a R$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018. Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda. Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US$ 600 milhões (equivalentes a R$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. Esta transação representa um marco na estratégia da Companhia para reduzir seu endividamento e focar em oportunidades com maior retorno nos mercados em que atua. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda. Adicionalmente, em virtude da mensuração do ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, a Companhia reconheceu uma despesa líquida de imposto de renda de R$ 649,2 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	-	-	10.439	9.412
Bancos e aplicações de liquidez imediata	92.615	34.311	2.544.899	5.053.971
Caixa e equivalentes de caixa	92.615	34.311	2.555.338	5.063.383

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos para negociação	3.743	2.896	821.518	1.024.411
Aplicações financeiras	3.743	2.896	821.518	1.024.411

Aplicações de liquidez imediata contemplam aplicações com vencimento em até 90 dias, liquidez imediata e baixo risco de variação no valor justo. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de clientes - no Brasil	221.692	129.772	1.265.431	1.251.739
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	77.765	50.162	139.162	265.252
Contas a receber de clientes - empresas no exterior	-	-	1.525.466	2.259.014
(-) Provisão para risco de crédito	(6.605)	(2.704)	(131.639)	(199.306)
	292.852	177.230	2.798.420	3.576.699

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valores a vencer:	239.393	154.933	2.234.723	2.917.073
Vencidos:				
Até 30 dias	30.747	19.765	467.901	506.780
Entre 31 e 60 dias	6.213	1.879	96.852	128.715
Entre 61 e 90 dias	7.180	249	17.636	37.559
Entre 91 e 180 dias	5.047	178	27.841	53.460
Entre 181 e 360 dias	831	2.152	22.985	66.444
Acima de 360 dias	10.046	778	62.121	65.974
(-) Provisão para risco de crédito	(6.605)	(2.704)	(131.639)	(199.306)
	292.852	177.230	2.798.420	3.576.699

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2016	(567)	(185.261)
Créditos provisionados no exercício	(4.818)	(85.661)
Créditos recuperados no exercício	2.418	16.880
Créditos baixados definitivamente da posição	263	37.679
Baixa por venda de empresa controlada	-	17.594
Variação cambial	-	(537)
Saldo em 31/12/2016	(2.704)	(199.306)
Créditos provisionados no exercício	(2.677)	(98.476)
Créditos recuperados no exercício	533	80.134
Créditos baixados definitivamente da posição	2.286	73.591
Variação cambial	-	(276)
Incorporação de empresas controladas	(4.043)	-
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	-	1.487
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	-	11.207
Saldo em 31/12/2017	(6.605)	(131.639)

NOTA 6 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos prontos	119.278	79.307	3.026.556	2.987.785
Produtos em elaboração	141.106	94.252	1.302.152	1.201.327
Matérias-primas	99.583	60.002	1.703.013	1.487.971
Materiais de almoxarifado	29.803	18.351	298.100	430.731
Importações em andamento	2.551	2.684	375.139	253.729
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(865)	-	(3.556)	(28.813)
	391.456	254.596	6.701.404	6.332.730

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2016	-	(101.121)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	(62.899)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	-	94.391
Variação cambial	-	10.711
Baixa por venda de empresa controlada	-	30.105
Saldo em 31/12/2016	-	(28.813)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(973)	(26.545)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	746	46.740
Variação cambial	-	3.789
Incorporação de empresa controlada	(638)	-
Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	-	392
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	-	881
Saldo em 31/12/2017	(865)	(3.556)

NOTA 7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	10.875	9.538	155.096	130.718
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.974	622	91.229	173.453
Programa de Integração Social	431	135	20.242	35.135
Imposto sobre Produtos Industrializados	7.283	7.535	59.982	48.751
Imposto sobre Valor Agregado	-	-	48.139	85.674
Outros	232	193	27.741	30.698
	20.795	18.023	402.429	504.429
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	5.678	8.872	26.135	50.757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1	1.682	360	2.294
Programa de Integração Social e outros	-	365	4.346	3.652
	5.679	10.919	30.841	56.703
	26.474	28.942	433.270	561.132

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	7.862	-	33.840
2019	3.358	2.318	18.017	14.334
2020	1.448	739	7.062	8.529
2021 em diante	873	-	5.762	-
	5.679	10.919	30.841	56.703

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 22,6% e 35,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	Total	Total	Total	Total
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(298.086)	(2.672.384)	(43.276)	(2.581.615)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	101.349	908.611	14.714	877.749
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	(183.787)	(1.162.174)
- equivalência patrimonial	16.345	(1.104.433)	(11.763)	(4.342)
- juros sobre o capital próprio *	(25.584)	(15.205)	113	(162)
- incentivos fiscais	424	-	23.185	18.494
- não constituição de ativos fiscais diferidos	-	(54)	-	(40.279)
- ganho de capital **	(98.290)	-	(98.290)	-
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	-	-	-	36.469
- diferenças permanentes (líquidas)	(55.518)	(7.346)	(39.563)	(30.069)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(61.274)	(218.427)	(295.391)	(304.314)
Corrente	(32.841)	725	(313.758)	(110.511)
Diferido	(28.433)	(219.152)	18.367	(193.803)

* A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e como resultado não impacta o lucro líquido. ** Conforme descrito na nota 9, a incorporação em 29/12/2017 das controladas Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A. na Gerdau S.A., gerou um ganho de capital tributável.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora

	Saldo em 01/01/2016	Reconhecido no Resultado	Saldo em 31/12/2016
Prejuízos fiscais	34.719	127.496	162.215
Base negativa de contribuição social	65.159	45.923	111.082
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	90.713	9.995	100.708
Outras diferenças temporárias	278.938	2.822	281.760
Efeito de variação cambial diferida	1.267.194	(420.916)	846.278
Provisão para perdas	7.674	542	8.216
Alocação de ativos a valor justo	(104.897)	14.986	(89.911)
	1.639.500	(219.152)	1.420.348
Ativo não-circulante	1.639.500		1.420.348

	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no Resultado	Incorporação de Empresas Controladas e Outros	Saldo em 31/12/2017
Prejuízos fiscais	162.215	(12.312)	(1)	149.902
Base negativa de contribuição social	111.082	(4.432)	(673)	105.977
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	100.708	(47.633)	12.724	65.799
Outras diferenças temporárias	281.760	(6.308)	(961)	274.491
Efeito de variação cambial diferida	846.278	12.852	-	859.130
Provisão para perdas	8.216	3.326	1.731	13.273
Alocação de ativos a valor justo	(89.911)	26.074	-	(63.837)
	1.420.348	(28.433)	12.820	1.404.735
Ativo não-circulante	1.420.348			1.404.735

Consolidado

	Saldo em 01/01/2016	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2016
Prejuízos fiscais	887.980	327.743	(263.297)	(78.069)	874.357
Base negativa de contribuição social	191.638	120.254	-	-	311.892
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	639.566	118.526	(2.671)	(223)	755.198
Benefícios a empregados	549.865	(67.133)	34.982	(85.177)	432.537
Outras diferenças temporárias	381.991	(21.985)	20.776	(30.020)	350.762
Efeito de variação cambial diferida	2.158.149	(907.690)	-	1.083	1.251.542
Provisão para perdas	151.678	(34.059)	(4.671)	(12)	112.936
Alocação de ativos a valor justo	(1.567.880)	270.541	2.984	216.925	(1.077.430)
	3.392.987	(193.803)	(211.897)	24.507	3.011.794
Ativo não-circulante	4.307.462				3.407.230
Passivo não-circulante	(914.475)				(395.436)

	Saldo em 31/12/2016	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Prejuízos fiscais	874.357	157.402	(22.362)	(35.759)	973.638
Base negativa de contribuição social	311.892	58.963	(15.073)	-	355.782
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	755.198	(479.836)	101	-	275.463
Benefícios a empregados	432.537	(48.466)	(9.363)	(91.905)	282.803
Outras diferenças temporárias	350.762	(81.627)	92.174	48.991	410.300
Efeito de variação cambial diferida	1.251.542	(199.200)	8.185	-	1.060.527
Provisão para perdas	112.936	(2.208)	-	-	110.728
Alocação de ativos a valor justo	(1.077.430)	613.339	(51.606)	18.163	(497.534)
	3.011.794	18.367	2.056	(60.510)	2.971.707
Ativo não-circulante	3.407.230				3.054.393
Passivo não-circulante	(395.436)				(82.686)

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

Controladora

	Ativo	
	2017	2016
2017	-	102.687
2018	91.789	93.556
2019	103.666	150.969
2020	342.215	249.481
2021	345.057	283.691
2022 em diante	522.008	539.964
	1.404.735	1.420.348

Consolidado

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	512.422	-	(2.283)
2018	326.356	391.384	(2.680)	(89.052)
2019	198.590	364.030	(6.116)	(56.006)
2020	400.597	535.937	(6.498)	(154.664)
2021	369.857	499.984	(4.745)	(14.496)
2022 em diante	1.758.993	1.103.473	(62.647)	(78.935)
	3.054.393	3.407.230	(82.686)	(395.436)

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R$ 312.741 (R$ 317.889 em 31/12/2016), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R$ 360.152 (R$ 349.072 em 31/12/2016) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2035 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R$ 1.137.548 (R$ 857.215 em 31/12/2016), que expiram em várias datas entre 2018 e 2037.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

NOTA 9 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Empresa coligada	Empresa com controle compartilhado	Empresas Controladas													
	Dona Francisca Energética S.A.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (nota 3.2)	GTL Equity Investments Corp.	Gerdau Açominas S.A.	Gerdau Internacional Empreend. Ltda.	Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda.	Gerdau Aços Longos S.A.	Gerdau Aços Especiais S.A.	Gerdau América Latina Part. S.A.	Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.	Gerdau Trade I Inc.	GTL Trade Finance Inc.	Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Gerdau Hungria Holding Liability Company	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	89.595	-	(533.196)	6.013.198	18.462.482	388.323	8.524.992	1.428.269	2.608.418	1.115.932	45.194	(198.735)	-	-	19.231	37.963.703
Resultado da equivalência patrimonial	17.780	-	306.191	285.985	(1.694.478)	(36.007)	(543.701)	105.094	(238.574)	94.877	(769.869)	(771.095)	-	-	(4.536)	(3.248.333)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(586.570)	88.697	(3.216.445)	(69.566)	(963.037)	(1.038.118)	(452.922)	(181.067)	787.220	821.317	-	-	(39)	(4.810.530)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Dividendos/juros sobre capital próprio	(16.579)	-	-	(91.926)	(364.300)	(4.861)	-	(44.045)	(51.698)	-	-	-	-	-	-	(573.409)
Saldo em 31/12/2016	90.796	-	(813.575)	6.295.954	13.187.259	277.889	7.018.259	451.200	1.865.224	1.029.742	62.545	(148.513)	-	-	14.656	29.331.436
Resultado da equivalência patrimonial	19.971	15.460	(127.227)	53.699	(913.324)	4.560	473.911	303.745	29.022	123.955	67.141	18.753	(21.224)	(1.263)	895	48.074
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(55.321)	7.639	159.673	(135)	43.767	(25.795)	(873)	58.266	(64.660)	(82.005)	3.142	3.813	282	47.793
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	521	-	-	927	32	231	-	-	-	-	-	-	1.711
Redução de capital	-	-	-	-	(146.798)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(146.798)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(26.594)	-	-	(233.229)	-	-	(131.201)	(75.246)	(21.036)	-	(60.786)	-	-	-	-	(548.092)
Incorporação de empresas controladas	-	-	-	-	1.881.333	(282.314)	-	(653.936)	(1.872.568)	-	-	-	292.409	(66.521)	12.030	(689.567)
Complemento de preço contingente	65.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.500
Aumento de capital	-	184.187	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	184.187
Saldo em 31/12/2017	149.673	199.647	(996.123)	6.124.584	14.168.143	-	7.405.663	-	-	1.211.963	4.240	(211.765)	274.327	(63.971)	27.863	28.294.244

Em 29/12/2017, a Gerdau S.A. incorporou as controladas Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau América Latina Part. S.A., sendo que todos os ativos e passivos detidos por estas controladas passaram a ser de titularidade da Gerdau S.A.. Como resultado da incorporação destas controladas, os investimentos na Seiva S.A. - Florestas e Indústrias e Gerdau Hungria Holdings Liability Company, até então detidos por estas empresas que foram incorporadas, passaram a ser diretamente detidos pela Gerdau S.A.

Consolidado

	Empresas com controle em conjunto					Empresas coligadas				
	Joint Ventures América do Norte	Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Gerdau Metaldom Corp.	Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (nota 3.2)	Diaco S.A.	Dona Francisca Energética S.A.	Corsa Controladora S.A. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	60.733	88.785	575.845	-	-	89.595	359.568	216.272	2.084	1.392.882
Resultado da equivalência patrimonial	13.533	(96.306)	16.362	-	-	17.780	12.155	23.705	-	(12.771)
Ajustes de avaliação patrimonial	(9.492)	(11.748)	(88.051)	-	-	-	(105.420)	(36.134)	(350)	(251.195)
Operações com empresas coligadas	-	-	-	-	-	-	-	(203.843)	(1.734)	(205.577)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(8.282)	-	(99.634)	-	-	(16.579)	-	-	-	(124.495)
Saldo em 31/12/2016	56.492	(19.269)	404.522	-	-	90.796	266.303	-	-	798.844
Resultado da equivalência patrimonial	5.725	(110.773)	33.505	15.460	8.048	19.971	(6.533)	-	-	(34.597)
Ajustes de avaliação patrimonial	5.081	(33.078)	(7.606)	-	1.346	-	17.512	-	-	(16.745)
Aumento de capital	-	178.670	-	184.187	-	-	-	-	-	362.857
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	-	-	-	145.084	-	-	-	-	145.084
Complemento de preço contingente	-	-	-	-	-	65.500	-	-	-	65.500
Dividendos/juros sobre capital próprio	(14.050)	-	-	-	-	(26.594)	-	-	-	(40.644)
Saldo em 31/12/2017	53.248	15.550	430.421	199.647	154.478	149.673	277.282	-	-	1.280.299

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Controladora

Custo imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	507.245	2.035.213	16.849	194.644	9.088	2.763.039
Adições	-	4.594	124	62.393	10	67.121
Juros capitalizados	-	-	-	9.783	-	9.783
Transferências	3.506	82.724	996	(90.790)	3.564	-
Baixas	(4.772)	(29.311)	(43)	-	(1.562)	(35.688)
Saldo em 31/12/2016	505.979	2.093.220	17.926	176.030	11.100	2.804.255
Adições	-	1.960	-	40.581	2.132	44.673
Juros capitalizados	-	-	-	9.202	-	9.202
Transferências	(2)	15.733	-	(16.547)	816	-
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	(315.213)	(1.076)	-	(563)	(316.852)
Incorporação de empresas controladas (nota 9)	96.961	538.347	17.960	8.270	7.113	668.651
Saldo em 31/12/2017	602.938	2.334.047	34.810	217.536	20.598	3.209.929

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	(298.225)	(1.217.661)	(12.549)	-	(4.894)	(1.533.329)
Depreciação e exaustão	(17.150)	(114.150)	(2.570)	-	(465)	(134.335)
Transferências	(1.319)	(312)	961	-	670	-
Baixas	3.545	22.963	23	-	1.564	28.095
Saldo em 31/12/2016	(313.149)	(1.309.160)	(14.135)	-	(3.125)	(1.639.569)
Depreciação e exaustão	(15.559)	(89.836)	(1.355)	-	(600)	(107.350)
Transferências	(9.034)	11.276	-	-	(2.242)	-
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	-	238.813	960	-	422	240.195
Incorporação de empresas controladas (nota 9)	(66.341)	(451.145)	(16.996)	-	(5.338)	(539.820)
Saldo em 31/12/2017	(404.083)	(1.600.052)	(31.526)	-	(10.883)	(2.046.544)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2016	192.830	784.060	3.791	176.030	7.975	1.164.686
Saldo em 31/12/2017	198.855	733.995	3.284	217.536	9.715	1.163.385

Consolidado

Custo imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	10.842.802	32.616.700	939.266	4.068.876	1.470.485	49.938.129
Adições	35.238	93.290	2.126	1.117.317	75.920	1.323.891
Juros capitalizados	-	-	-	187.375	-	187.375
Transferências	584.575	2.665.898	74.804	(3.314.746)	(10.531)	-
Baixas	(81.256)	(271.104)	(60.542)	(1.550)	(46.888)	(461.340)
Operações com empresas controladas	(1.011.492)	(1.726.440)	(112.319)	(53.630)	(52.281)	(2.956.162)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(52.071)	(183.788)	(228)	-	(3.242)	(239.329)
Variação cambial	(834.043)	(2.560.676)	(81.033)	(240.994)	(74.219)	(3.790.965)
Saldo em 31/12/2016	9.483.753	30.633.880	762.074	1.762.648	1.359.244	44.001.599
Adições	2.028	124.136	1.770	687.019	58.376	873.329
Juros capitalizados	-	-	-	44.260	-	44.260
Transferências	700.318	716.685	19.340	(1.440.183)	3.840	-
Baixas	(157.625)	(232.771)	(12.963)	(60.151)	(49.962)	(513.472)
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	(119.928)	(900.840)	(16.426)	(1.382)	(53.129)	(1.091.705)
Perda pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	(10.063)	(255.293)	-	-	(13)	(265.369)
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(1.013.466)	(2.734.923)	(53.315)	(107.677)	(171.404)	(4.080.785)
Variação cambial	200.681	665.730	11.158	66.146	28.745	972.460
Saldo em 31/12/2017	9.085.698	28.016.604	711.638	950.680	1.175.697	39.940.317

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamento eletrônico de dados	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	(4.387.719)	(21.415.018)	(827.620)	-	(523.446)	(27.153.803)
Depreciação e exaustão	(334.365)	(1.738.759)	(44.437)	-	(100.259)	(2.217.820)
Transferências	(12.015)	(2.368)	968	-	13.415	-
Baixas	14.696	243.429	56.466	-	31.589	346.180
Operações com empresas controladas	524.209	1.515.886	95.809	-	37.965	2.173.869
Variação cambial	296.523	1.792.251	69.172	-	43.920	2.201.866
Saldo em 31/12/2016	(3.898.671)	(19.604.579)	(649.642)	-	(496.816)	(24.649.708)
Depreciação e exaustão	(343.373)	(1.361.561)	(40.915)	-	(61.506)	(1.807.355)
Transferências	(38.467)	25.886	(400)	-	12.981	-
Baixas	67.598	218.590	12.790	-	43.067	342.045
Operações com entidades com controle em conjunto (nota 3.2)	28.691	589.951	12.627	-	41.117	672.386
Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	370.727	1.989.917	54.275	-	95.350	2.510.269
Variação cambial	(101.528)	(435.040)	(10.969)	-	(16.675)	(564.212)
Saldo em 31/12/2017	(3.915.023)	(18.576.836)	(622.234)	-	(382.482)	(23.496.575)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2016	5.585.082	11.029.301	112.432	1.762.648	862.428	19.351.891
Saldo em 31/12/2017	5.170.675	9.439.768	89.404	950.680	793.215	16.443.742

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2017 é de 6,6% (6,6% em 2016). As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamento eletrônico de dados	2,5 a 6 anos

b) Valores oferecidos em garantia - Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 6.513 (R$ 6.269 em 31/12/2016) na controladora e R$ 609.116 em 31/12/2017 (R$ 632.376 em 31/12/2016) no consolidado. **c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado** - Em 31/12/2017, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R$ 118.348 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R$ 112.438 em 31/12/2016), R$ 783.183 para máquinas, equipamentos e instalações (R$ 642.592 em 31/12/2016) e R$ 543.726 para imobilizações em andamento (R$ 543.726 em 31/12/2016). Conforme nota 3.4, a Companhia perdeu o controle de determinados investimentos, e os efeitos sobre a conta de ativo imobilizado desta perda de controle já estão contemplados nestes valores.

NOTA 11 - ÁGIOS

	Consolidado		
	Montante bruto do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperabilidade de ativos	Ágio após as perdas pela não recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2016	18.099.186	(2.974.756)	15.124.430
(+/-) Variação cambial	(2.645.368)	63.516	(2.581.852)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(2.678.582)	(2.678.582)
(-) Operações com empresas controladas	(393.980)	-	(393.980)
Saldo em 31/12/2016	15.059.838	(5.589.822)	9.470.016
(+/-) Variação cambial	242.510	(169.979)	72.531
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos (nota 28)	-	(849.438)	(849.438)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	(801.967)	-	(801.967)
Saldo em 31/12/2017	14.500.381	(6.609.239)	7.891.142

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	Consolidado	
	2017	2016
Brasil	373.135	380.644
Aços Especiais	2.487.364	2.508.056
América do Norte	5.030.643	6.581.316
	7.891.142	9.470.016

NOTA 12 - OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

	Consolidado				
	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de *software*	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2016	47.571	808.482	911.483	68.225	1.835.761
Variação cambial	-	(60.464)	(140.812)	(7.509)	(208.785)
Aquisição	-	40.643	-	13.401	54.044
Baixas	-	(2.145)	-	(13.050)	(15.195)
Amortização	(7.845)	(149.911)	(155.063)	(5.316)	(318.135)
Operações com empresas controladas	-	-	-	(27.749)	(27.749)
Saldo em 31/12/2016	39.726	636.605	615.608	28.002	1.319.941
Variação cambial	-	2.947	3.835	884	7.666
Aquisição	-	37.939	-	-	37.939
Baixas	-	-	(27.652)	-	(27.652)
Amortização	(6.940)	(149.150)	(125.621)	(3.486)	(285.197)
(-) Ativos mantidos para venda (nota 3.4)	-	(37.512)	(25.396)	(17.700)	(80.608)
Saldo em 31/12/2017	32.786	490.829	440.774	7.700	972.089
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição do intangível por segmento é a seguinte:

	2017	2016
Brasil	351.579	412.134
Aços Especiais	152.639	219.878
América do Sul	1.863	7.606
América do Norte	466.008	680.323
	972.089	1.319.941

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

		Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (*)	2017	2016	2017	2016
Capital de giro	7,36%	160.509	313.388	2.739.258	3.468.490
Financiamento de imobilizado e outros	8,58%	97.602	114.820	2.108.216	2.855.860
Ten/Thirty Years Bonds	5,84%	-	-	11.614.182	14.093.460
Total dos financiamentos		258.111	428.208	16.461.656	20.417.810
Circulante		105.313	239.794	2.004.341	4.458.220
Não-circulante		152.798	188.414	14.457.315	15.959.590
Valor do principal dos financiamentos		255.329	423.974	16.207.120	20.049.854
Valor dos juros dos financiamentos		2.782	4.234	254.536	367.956
Total dos financiamentos		258.111	428.208	16.461.656	20.417.810

(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2017.

Em 31/12/2017, o custo médio ponderado nominal de juros da controladora é de 9,01%. Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Real (BRL)	2.710.308	3.228.759
Dólar Norte-Americano (USD)	13.333.669	16.487.116
Demais moedas	417.679	701.935
	16.461.656	20.417.810

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
2018	-	78.063	-	1.679.416
2019	51.134	30.029	873.274	875.319
2020	98.895	77.983	3.158.211	3.261.435
2021	948	802	1.730.177	3.500.937
2022	834	776	147.715	150.916
2023 em diante	987	761	8.547.938	6.491.567
	152.798	188.414	14.457.315	15.959.590

a) Principais captações em 2017: Em outubro de 2017, a Gerdau S.A., através de sua subsidiária Gerdau Trade Inc., concluiu a emissão de um *Bond* de 10 anos no montante de US$ 650 milhões com cupom de 4,875% ao ano. Os recursos foram utilizados para a oferta de recompra à vista de parte dos *Bonds* com vencimento em 2021 e 2020, emitidos pela própria Gerdau Trade Inc. e Gerdau Holdings Inc., respectivamente. **b) Índices de Monitoramento:** Apenas operações com o BNDES contemplam monitoramento de índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*. **c) Garantias:** Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, em 31/12/2017, era de R$ 110,4 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. **d) Linhas de crédito e contas garantidas:** Em junho de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que Companhia e suas controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. O saldo devedor dessa operação era de R$ 402,5 milhões em 31/12/2017. Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a renovação e redução do volume da operação *Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement*, uma linha de crédito *revolver* de US$ 800 milhões que objetiva prover liquidez às suas controladas. A linha é dividida em duas tranches, sendo US$ 200 milhões destinados às controladas da América do Norte e US$ 600 milhões às controladas da América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e a operação vence em outubro de 2020. Em 31/12/2017, o montante desembolsado nesta linha era de US$ 54 milhões (R$ 178,6 milhões em 31/12/2017).

NOTA 14 - DEBÊNTURES

					Controladora		Consolidado	
	Assembleia	Quantidade em 31/12/2017						
Emissão	**Geral**	**Emitida**	**Em carteira**	**Vencimento**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	140.582	01/06/2021	21.377	44.292	21.377	44.292
7ª	14/07/1982	68.400	68.236	01/07/2022	1.333	35.942	1.333	35.942
8ª	11/11/1982	179.964	177.222	02/05/2023	14.557	57.191	14.557	57.191
9ª	10/06/1983	125.640	125.037	01/09/2024	4.900	10.731	4.900	10.731
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	149.252	01/06/2020	5.761	17.267	5.761	17.267
14ª	26/08/2014	20.000	12.023	30/08/2024	586.950	657.559	-	-
Total					634.878	822.982	47.928	165.423
Parcela do Não-circulante					634.878	822.982	47.928	165.423

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
2020	5.761	17.267	5.761	17.267
2021	21.377	44.292	21.377	44.292
2022	14.557	57.191	1.333	57.191
2023 em diante	593.183	704.232	19.457	46.673
	634.878	822.982	47.928	165.423

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,93% e 14,00%, para o exercício findo em 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente. A Companhia possui avais prestados pelos controladores em garantia as debêntures das 7ª, 8ª, 9ª e 11ª emissões.

NOTA 15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Depósitos judiciais, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes. A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações não são conduzidas com propósitos especulativos e têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros. **b) Valor justo -** o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	92.615	92.615	34.311	34.311	2.555.338	2.555.338	5.063.383	5.063.383
Aplicações financeiras	3.743	3.743	2.896	2.896	821.518	821.518	1.024.411	1.024.411
Contas a receber de clientes	292.852	292.852	177.230	177.230	2.798.420	2.798.420	3.576.699	3.576.699
Partes relacionadas	5.987	5.987	-	-	51.839	51.839	57.541	57.541
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	12.951	12.951
Depósitos judiciais	451.605	451.605	250.511	250.511	2.051.181	2.051.181	1.861.784	1.861.784
Outros ativos circulantes	41.863	41.863	41.364	41.364	469.737	469.737	668.895	668.895
Outros ativos não-circulantes	41.143	41.143	15.551	15.551	542.973	542.973	447.260	447.260
Passivos								
Fornecedores	219.392	219.392	94.687	94.687	3.179.954	3.179.954	2.743.818	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	258.111	258.111	428.208	428.208	16.461.656	17.102.512	20.417.810	20.716.266
Debêntures	634.878	634.878	822.982	822.982	47.928	47.928	165.423	165.423
Partes relacionadas	6.093.327	6.093.327	6.138.673	6.138.673	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	1.267	1.267	6.584	6.584
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.135.077	1.007.259	1.007.259	1.135.077	1.135.077	1.007.259	1.007.259
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	21.517	21.517	625.410	625.410	514.599	514.599
Outros passivos não-circulantes	42.579	42.579	5.855	5.855	653.670	653.670	401.582	401.582

O valor justo de Empréstimos e Financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 15.g. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: Risco de preço das *commodities*:** é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. **Risco de gerenciamento de capital:** advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Os indicadores chave (KPI - *Key Perfomance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA, Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 22). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC	entre 10%-13% a.a.
Dívida Líquida/EBITDA	menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas	maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total	menor ou igual a 60%

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

Controladora 2017

Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1 - 3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	219.392	219.392	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	295.940	123.818	169.050	2.035	1.038
Debêntures	915.683	-	6.528	40.289	868.866
Partes relacionadas	6.093.327	2.103.879	1.984.800	2.004.648	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	-	-	-	1.135.077
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	42.579	-	1.338	-	41.241
	8.812.883	2.557.974	2.161.716	2.046.972	2.046.222

Controladora 2016

Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1 - 3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	94.687	94.687	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	491.131	270.464	133.086	85.905	1.676
Debêntures	1.567.615	-	-	93.488	1.474.127
Partes relacionadas	6.138.673	-	2.208.198	3.930.475	-
Obrigações com FIDC	1.007.259	-	-	-	1.007.259
Outros passivos circulantes	21.517	21.517	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	5.855	-	772	-	5.083
	9.326.737	386.668	2.342.056	4.109.868	2.488.145

Consolidado 2017

Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1 - 3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	3.179.954	3.179.954	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	24.470.750	3.191.793	6.060.186	3.168.144	12.050.627
Debêntures	59.128	-	6.528	40.289	12.311
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	1.267	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	-	-	-	1.135.077
Outros passivos circulantes	625.410	625.410	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	653.670	-	13.209	-	640.461
	30.125.256	6.998.424	6.079.924	3.208.433	13.838.475

Consolidado 2016

Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1 - 3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	2.743.818	2.743.818	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.258.030	5.940.222	4.818.322	8.443.080	10.056.406
Debêntures	277.879	-	-	93.488	184.391
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	6.584	6.584	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.007.259	-	-	-	1.007.259
Outros passivos circulantes	514.599	514.599	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	401.582	-	11.081	-	390.501
	34.209.751	9.205.223	4.829.403	8.536.568	11.638.557

Análises de sensibilidade: A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

Premissa	**Variação**	**2017**	**2016**
Variações na moeda estrangeira	5%	129.209	253.294
Variações nas taxas de juros	10bps	54.908	63.416
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	369.176	376.517
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	234.239	228.637
Swaps de taxas de juros e moeda estrangeira	10bps/5%	6.479	9.870
Contratos futuros de Dólar	5%	1.480	15.816

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): em 31/12/2017 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem *hedge*. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R$ 129.209 e R$ 79.088 após os efeitos decorrentes das alterações de *hedge* de investimento líquido descritos na nota 15.g - (R$ 253.294 e R$ 177.711 em 31/12/2016, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do *investment hedge* as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda. Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio. **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*):** a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2017, R$ 54.908 (R$ 63.416 em 31/12/2016) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção:** a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2017, totaliza R$ 369.176 (R$ 376.517 em 31/12/2016) e matérias-primas e demais insumos montam R$ 234.239 em 31/12/2017 (R$ 228.637 em 31/12/2016). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas. **Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros e moedas:** a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros e moedas para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 bps na curva de juros e de 5% na taxa de câmbio e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R$ 6.479 (R$ 9.870 em 31/12/2016). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e. **Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar:** a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma receita de R$ 1.480 (R$ 15.816 em 31/12/2016), e uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso Chileno representa uma despesa no mesmo valor. Os contratos futuros de Dólar/Peso Chileno tiveram como objetivo a cobertura da posição passiva em Dólar e os efeitos da marcação a mercado destes contratos foram registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo:

Operação	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário possível**	**Cenário remoto**
Contratos futuros de Dólar	Variação na taxa de câmbio	1.480	6.218	10.363
Contratos *swap* *Swap* de moeda	Variação na taxa de juros/câmbio	6.479	27.201	45.258
Cenário			25%	50%

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

d) Instrumentos financeiros por categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			Consolidado		
2017						
Ativos	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	92.615	-	92.615	2.555.338	-	2.555.338
Aplicações financeiras	-	3.743	3.743	-	821.518	821.518
Contas a receber de clientes	292.852	-	292.852	2.798.420	-	2.798.420
Partes relacionadas	5.987	-	5.987	51.839	-	51.839
Depósitos judiciais	451.605	-	451.605	2.051.181	-	2.051.181
Outros ativos circulantes	41.863	-	41.863	469.737	-	469.737
Outros ativos não-circulantes	41.143	-	41.143	462.735	80.238	542.973
Total	926.065	3.743	929.808	8.389.250	901.756	9.291.006
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	56.904	140	57.044	177.466	87.242	264.708

	Controladora		Consolidado	
Passivos	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**	**Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	219.392	219.392	-	3.179.954	3.179.954
Empréstimos e Financiamentos	258.111	258.111	-	16.461.656	16.461.656
Debêntures	634.878	634.878	-	47.928	47.928
Partes relacionadas	6.093.327	6.093.327	-	-	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.135.077	-	1.135.077	1.135.077
Outros passivos circulantes	110.885	110.885	-	625.410	625.410
Outros passivos não-circulantes	42.579	42.579	-	653.670	653.670
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	1.267	-	1.267
Total	8.494.249	8.494.249	1.267	22.103.695	22.104.962
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2017	(630.499)	(630.499)	(12.503)	(1.395.553)	(1.408.056)

	Controladora			Consolidado			
2016							
Ativos	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Ativos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	34.311	-	34.311	5.063.383	-	-	5.063.383
Aplicações financeiras	-	2.896	2.896	-	1.024.411	-	1.024.411
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	12.951	12.951
Contas a receber de clientes	177.230	-	177.230	3.576.699	-	-	3.576.699
Partes relacionadas	-	-	-	57.541	-	-	57.541
Depósitos judiciais	250.511	-	250.511	1.861.784	-	-	1.861.784
Outros ativos circulantes	41.364	-	41.364	668.895	-	-	668.895
Outros ativos não-circulantes	15.551	-	15.551	380.211	67.049	-	447.260
Total	518.967	2.896	521.863	11.608.513	1.091.460	12.951	12.712.924
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2016	13.730	177	13.907	100.150	300.123	-	400.273

	Controladora			Consolidado		
Passivos	**Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**	**Passivos a valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	94.687	94.687	-	2.743.818	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	-	428.208	428.208	-	20.417.810	20.417.810
Debêntures	-	822.982	822.982	-	165.423	165.423
Partes relacionadas	-	6.138.673	6.138.673	-	-	-
Obrigações com FIDC	-	1.007.259	1.007.259	-	1.007.259	1.007.259
Outros passivos circulantes	-	21.517	21.517	-	514.599	514.599
Outros passivos não-circulantes	-	5.855	5.855	-	401.582	401.582
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	6.584	-	6.584
Total	-	8.519.181	8.519.181	6.584	25.250.491	25.257.075
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2016	(1.447)	491.388	489.941	(58.068)	(1.287.460)	(1.345.528)

Em 31/12/2017, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos futuros de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados. **e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. **Política de uso de derivativos:** a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo:** o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moedas e contratos futuros de moeda. **Contratos futuros de Dólar:** A Companhia contratou operações de NDFs (*Non Deliverable Forward*) com objetivo de mitigar o risco de variação cambial tanto de ativos quanto de passivos denominados em Dólar americano. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito. **Contratos de *Swap:*** A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hegde* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito. Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

			Consolidado					
Contratos de Proteção Patrimonial		**Posição**	**Valor de referência 2017**	**Valor de referência 2016**	**Valor a receber 2017**	**Valor a receber 2016**	**Valor a pagar 2017**	**Valor a pagar 2016**
Contratos futuros de Dólar								
Vencimento em 2017		comprado em US$	-	US$ 84,8 milhões	-	734	-	(6.584)
Vencimento em 2017		vendido em US$	-	US$ 15,0 milhões	-	1.823	-	-
Contratos *cross currency swap*								
Vencimento em 2017	ponta ativa	Libor 6M + 2,25%	-	US$ 25,0 milhões	-	5.684	-	-
	ponta passiva	INR 11,02%						
Vencimento em 2018	ponta ativa	Libor 6M + 2%	US$ 40,0 milhões	US$ 40,0 milhões	-	4.710	(1.267)	-
	ponta passiva	INR 10,17%						
Total valor justo instrumentos financeiros					-	12.951	(1.267)	(6.584)

Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	**2017**	**2016**
Ativo circulante	-	2.557
Ativo não-circulante	-	10.394
	-	12.951
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	-	(6.584)
Passivo não-circulante	(1.267)	-
	(1.267)	(6.584)
Demonstração do Resultado	**2017**	**2016**
Ganho com instrumentos financeiros	9.666	33.753
Perda com instrumentos financeiros	(19.107)	(72.683)
	(9.441)	(38.930)
Demonstração do Resultado Abrangente		
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros	(11.364)	212
	(11.364)	212

f) *Hedge* de investimento líquido (*Net investment hedge*): A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes. A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US$ 2,2 bilhões (designadas como *hedge*) é reconhecida na Demonstração dos Resultados Abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US$ 0,4 bilhão (não designada como *hedge*) é reconhecida no resultado. Adicionalmente, a Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Açominas S.A., no valor de US$ 0,1 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do *hedge* a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R$ 148.548 para o exercício findo em 31/12/2017, na Controladora (ganho de R$ 1.678.852 para o exercício findo em 31/12/2016) e como uma perda não realizada, liquido de impostos, no montante de R$ 148.560 para o exercício findo em 31/12/2017, no Consolidado (ganho de R$ 1.679.312 para o exercício findo em 31/12/2016). O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos. **g) Mensuração do valor justo:** As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Em 31/12/2016, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2017, são os seguintes: A controladora possui saldo de Títulos para negociação que se enquadram no Nível 1.

	Consolidado					
			Mensuração ao valor justo			
	Saldo Contábil		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)		Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5.063.383	-	-	2.555.338	5.063.383
Aplicações financeiras						
Títulos para negociação	821.518	1.024.411	238.008	458.639	583.510	565.772
Contas a receber de clientes	2.798.420	3.576.699	-	-	2.798.420	3.576.699
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	2.557	-	-	-	2.557
Outros ativos circulantes	469.737	668.895	-	-	469.737	668.895
Ativo não-circulante						
Partes relacionadas	51.839	57.541	-	-	51.839	57.541
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	10.394	-	-	-	10.394
Depósitos judiciais	2.051.181	1.861.784	-	-	2.051.181	1.861.784
Outros ativos não-circulantes	542.973	447.260	-	-	542.973	447.260
	9.291.006	12.712.924	238.008	458.639	9.052.998	12.254.285
Passivo circulante						
Fornecedores	3.179.954	2.743.818	-	-	3.179.954	2.743.818
Empréstimos e Financiamentos	2.004.341	4.458.220	-	-	2.004.341	4.458.220
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	6.584	-	-	-	6.584
Outros passivos circulantes	625.410	514.599	-	-	625.410	514.599
Passivo não-circulante						
Empréstimos e Financiamentos	14.457.315	15.959.590	-	-	14.457.315	15.959.590
Debêntures	47.928	165.423	-	-	47.928	165.423
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	-	-	-	1.267	-
Obrigações com FIDC	1.135.077	1.007.259	-	-	1.135.077	1.007.259
Outros passivos não-circulantes	653.670	401.582	-	-	653.670	401.582
	22.104.962	25.257.075	-	-	22.104.962	25.257.075

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Controladora	**Saldo em 31/12/2016**	**Recebidos/ (Pagos) de atividades de financiamento**	**Pagamento de Juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial, incorporação de controlada e outros**	**Saldo em 31/12/2017**
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.251.190	(142.405)	(89.918)	86.714	(212.592)	892.989
Partes Relacionadas, líquidas	6.138.673	(471.316)	-	332.611	87.372	6.087.340

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Controladora	**Saldo em 31/12/2015**	**Recebidos/ (Pagos) de atividades de financiamento**	**Pagamento de Juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial e outros**	**Saldo em 31/12/2016**
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.135.744	111.895	(145.419)	146.386	2.584	1.251.190
Partes Relacionadas, líquidas	7.427.075	(447.669)	-	358.664	(1.199.397)	6.138.673

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Consolidado	**Saldo em 31/12/2016**	**Recebidos/ (Pagos) de atividades de financiamento**	**Pagamento de Juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros**	**Saldo em 31/12/2017**
Partes Relacionadas, líquidas	(57.541)	5.797	-	(95)	-	(51.839)
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	20.576.866	(3.975.541)	(1.330.116)	1.323.448	(83.806)	16.510.851

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Consolidado	**Saldo em 31/12/2015**	**Recebidos/ (Pagos) de atividades de financiamento**	**Pagamento de Juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros**	**Saldo em 31/12/2016**
Partes Relacionadas, líquidas	(53.506)	(6.492)	-	2.457	-	(57.541)
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	26.417.256	(2.150.035)	(1.240.165)	1.540.797	(3.990.987)	20.576.866

NOTA 16 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Encargos sociais sobre folha de pagamento	6.194	4.950	75.752	89.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6.668	3.267	37.444	43.915
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3.358	2.633	5.411	8.470
Imposto sobre Produtos Industrializados	901	-	17.305	13.864
Imposto sobre valor agregado e outros	5.908	4.617	148.189	185.178
	23.029	15.467	284.101	341.190

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

NOTA 17 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
a) Provisões tributárias				
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.666	2.591	2.821	67.942
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social s/ Lucro Líquido	-	-	39.256	37.376
Encargo de Capacidade Emergencial e Recomposição Tarifária Extraordinária	1.998	1.880	9.278	8.852
Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	71.701	220.815	163.981	1.678.778
Outras provisões tributárias e contribuições previdenciárias	1.554	186	42.285	36.823
b) Provisões trabalhistas	116.986	71.952	517.329	358.901
c) Provisões cíveis	415	568	52.933	50.554
	195.320	297.992	827.883	2.239.226

Como resultado líquido da reversão da provisão contábil descrita a seguir (provisões tributárias), relativa à discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia registrou os montantes de R$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados Consolidados. **a) Provisões tributárias:** A Companhia e suas controladas são autoras em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, para as quais vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. De acordo com o parágrafo 14 do CPC 25 e IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31 de março de 2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão. A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, nos termos do parágrafo 59 do CPC 25 e IAS 37. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro. O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2017, no montante de R$ 1.691.596, referente à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia. Durante o exercício findo em 31/12/2017, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento do Estado de Minas Gerais incluindo valores substancialmente já provisionados relativos a ICMS. As demais provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, individuais e coletivas e as discussões envolvem substancialmente pedidos de horas extras, adicional noturno, horas *in itinere*, adicionais de insalubridade e periculosidade, indenização por acidentes do trabalho, doença ocupacional e danos morais, entre outros. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam em 31/12/2017, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	297.992	268.599	2.239.226	1.904.730
(+) Adições	25.287	43.654	527.543	313.246
(+/-) Atualização monetária	(32.516)	1.293	(419.567)	178.661
(-) Reversão de valores provisionados	(132.865)	(15.554)	(1.517.787)	(144.025)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	-	(201)	(3.235)
(+) Incorporação de empresas controladas	37.422	-	-	-
(-) Baixa por venda de empresa controlada	-	-	-	(10.151)
(-) Constituição de empresa com controle compartilhado (nota 3.4)	-	-	(1.331)	-
Saldo no final do exercício	195.320	297.992	827.883	2.239.226

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC e IFRS. **a) Contingências Tributárias: a.1)** A Companhia e suas controladas, Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R$ 443.137. **a.2)** A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R$ 309.581, (ii) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R$ 438.843, (iii) contribuições previdenciárias no total de R$ 76.866 e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R$ 370.175. **a.3)** A controlada da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., é parte em um processo administrativo relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R$ 122.029, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE). A Companhia apresentou impugnação em 13/01/2017, que foi julgada improcedente pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em 05/06/2017, razão pela qual a Companhia apresentou Recurso Voluntário, em 04/07/2017, o qual está atualmente aguardando julgamento na primeira instância do CARF. **a.4)** A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R$ 1.488.989. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R$ 1.317.381 correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R$ 951.736 correspondem a um processo cuja discussão administrativa já se encerrou e atualmente se encontram em Execução Fiscal, em relação à qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que se encontram pendentes de julgamento em primeira instância, e (i.b) R$ 365.645 correspondem a um processo em que a Companhia teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF), e foi submetido a Recurso Especial, o qual foi parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017, e atualmente aguarda realização de redistribuição do processo para novo julgamento pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, para análise das matérias que não foram por ela analisadas anteriormente; e (ii) R$ 171.608 correspondem a um processo da Companhia, que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF, ao qual foi negado provimento, razão pela qual foi submetido a Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. **a.5)** A Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R$ 6.217.810, dos quais: (i) R$ 4.963.398 correspondem a quatro processos da Companhia e das controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, sendo que as Companhias já ofertaram garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, já tendo sido iniciadas as discussões judiciais em Embargos à Execução pela Controlada Gerdau Aços Longos S.A., em seus respectivos processos, que somam o montante de R$ 3.195.379, e, ainda, pela Companhia, em seu respectivo processo, que soma o montante de R$ 364.370; (ii) R$ 600.101 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Voluntário na primeira instância do CARF; (iii) R$ 531.138 correspondem a dois processos da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário julgado improcedente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), tendo sido apresentados Embargos de Declaração contra as referidas decisões, os quais estão pendentes de julgamento; e (iv) R$ 123.172 correspondem a um processo da Companhia (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seus Embargos de Declaração, interpostos contra decisão que julgou improcedente o seu Recurso Voluntário, rejeitados em 07/12/2017, cuja decisão a empresa teve ciência em 19/12/2017, para a oposição do recurso cabível. Parte das decisões obtidas no CARF no âmbito desses processos e outros temas envolvendo a Companhia incluídos na denominada Operação Zelotes (a "Operação") estão sendo investigados por autoridades federais brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos. Considerando o envolvimento do nome da Gerdau nas notícias divulgadas pela imprensa relacionadas à Operação, o Conselho de Administração decidiu contratar assessores jurídicos independentes, com reporte a um Comitê Especial do Conselho de Administração, para conduzir uma investigação para determinar, entre outras coisas: (i) se, à luz das práticas existentes, o protocolo adequado foi seguido no relacionamento da Companhia com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, e na contratação de empresas que representam a Companhia nos casos perante o CARF; (ii) se estas empresas se mantiveram dentro do escopo do trabalho contratado; (iii) se os termos de contratação destas empresas incluíram cláusulas com a intenção de coibir a prática de atos que violem os códigos de ética ou a legislação vigente; (iv) se os termos de contratação destas empresas incluíram a previsão de sanções em caso de qualquer violação (contratuais ou de outra forma); e (v) se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, inclusive o CARF, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos mencionados acima ("Investigação Interna"). A Investigação Interna está em andamento e, na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia entende que não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação ou da Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que neste momento não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência. Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável). **b) Contingências Cíveis: b.1)** Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, para R$ 417.820). Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspenção dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Foram proferidas sentenças pela improcedência das ações e ambas encontram-se em grau recursal. A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação. **b.2)** A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R$ 191.112. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **b.3)** Em 26/05/2016, uma ação coletiva no âmbito do mercado de capitais (*securities class action*) foi ajuizada na Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, em face da Gerdau e de alguns administradores e ex-administradores da Companhia, por adquirentes de certificados norte-americanos de depósitos de ações (*American Depositary Receipts* - ADRs) da Companhia negociados na Bolsa de Valores de Nova York. Em 9/08/2016, a corte nomeou o Fundo de Pensões e Benefícios dos Policiais de Chicago como autor líder da ação. Em 31/10/2016, o autor líder protocolou uma petição revisada nos termos dos Artigos 10(b) e 20(a) da Lei de Valores Mobiliários de 1934 em nome de uma determinada classe de adquirentes de ADRs da Gerdau entre 23/04/2012 e 16/05/2016. A petição revisada alegava, dentre outros, que a Companhia e alguns dos seus executivos teriam se envolvido num esquema de corrupção em conjunto com o CARF, esquema esse que teria - alegadamente - resultado no não pagamento de aproximadamente US$ 429 milhões em tributos e feito com que as declarações dos réus sobre os negócios, operações e perspectivas da Gerdau contidas nos documentos arquivados pela Gerdau junto aos órgãos reguladores dos mercados de capitais fossem falsas e imprecisas e/ou não tivessem sido razoavelmente embasadas. A petição revisada não especificava o valor dos danos alegados, e incluía, ainda, pedidos relacionados com a operação de aquisição de participações societárias descrita na nota (c) abaixo. Em 17/01/2017, a Companhia protocolou petição requerendo a extinção sumária do processo (*motion to dismiss*), mas, antes de sua apreciação pela Corte, as partes requereram a suspensão do processo, a fim de iniciar um processo de mediação. Em 5/07/2017 o autor líder da ação e os réus chegaram a um acordo, no montante de US$ 15 milhões, que foi aprovado pela Corte em 20/10/2017. Consequentemente, a ação foi extinta, em caráter final e definitivo, em relação ao autor líder da ação e à classe de adquirentes de ADRs da Gerdau. O montante pago foi substancialmente coberto por seguro. Referido acordo não reconhece qualquer responsabilidade pelos réus e o quanto acordado constituiu, na opinião da Companhia e de seus assessores legais, a melhor alternativa no sentido de eliminar incertezas, ônus e custos decorrentes com a continuidade dessa disputa. **c) Processo administrativo - Comissão de Valores Mobiliários (CVM):** Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e ArcelorMittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia. A Companhia, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A. e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em empresas controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Não há previsão de prazo para a decisão definitiva do caso. A Metalúrgica Gerdau S.A. acredita que, neste momento, não existe informação suficiente para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas é requerida. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributários	402.215	216.869	1.883.562	1.716.996
Trabalhistas	48.165	32.342	128.849	107.191
Cíveis	1.225	1.300	38.770	37.597
	451.605	250.511	2.051.181	1.861.784

IV) Ativo Contingente - Empréstimos Compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás): O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações de sua emissão. Antes da conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados. Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios, que totalizam aproximadamente R$ 1.260 milhões. Recentemente, notadamente em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável a Companhia de forma que não cabem mais recursos contra tais decisões ("Trânsito em Julgado") quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados. A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima, nos termos da norma IAS 37 (CPC 25), permite considerar que a entrada de benefícios econômicos passou a ser provável. No entanto, ainda não é praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (*virtually certain*) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que, nos termos das normas acima mencionadas, implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTA 18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mútuos ativos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	2.596	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.	2.719	-	-	-
Empresa com controle compartilhado				
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	-	-	7	48
Outros				
Fundação Gerdau	-	-	51.832	57.493
Outros	672	-	-	-
	5.987	-	51.839	57.541
Mútuos passivos				
Empresas controladas				
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(3.893)	-	-
Gerdau Aços Especiais S.A.	-	(4.988)	-	-
Gerdau Açominas S.A.	-	(592)	-	-
Gerdau Trade Inc.	(6.093.327)	(6.129.200)	-	-
	(6.093.327)	(6.138.673)	-	-
(Despesas) Receitas financeiras líquidas	(332.611)	(358.664)	95	(2.457)

b) Operações com partes relacionadas

			Controladora	
			2017	2016
	Compras	Vendas	Contas a receber (a pagar)	Contas a receber (a pagar)
Empresas controladas				
Sipar Aceros S.A.	-	2.736	1.729	399
Gerdau Aços Longos S.A.	61.982	10.242	(25.982)	1.372
Gerdau Aços Especiais S.A.	92.237	8.259	-	(852)
Gerdau Açominas S.A.	63.760	2.683	(1.308)	(219)
Villares Corporation of America	-	-	-	13.469
Outros	-	-	-	-
Empresas com controle compartilhado				
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	-	-	9.953	-
Gerdau Corsa S.A.P.I.	-	-	-	244
	217.979	23.920	(15.608)	14.413

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R$ 630.190 em 31/12/2017 (R$ 421.415 em 31/12/2016) e de compras no montante de R$ 121.618 em 31/12/2017 (R$ 141.275 em 31/12/2016). O saldo líquido monta R$ 508.572 em 31/12/2017 (R$ 280.140 em 31/12/2016). Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, por avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações na controladora e no consolidado foi uma despesa de R$ 689 (R$ 4.732 em 31/12/2016), respectivamente. Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R$ 801 (R$ 1.001 em 31/12/2016) em termos consolidados, oriunda de contrato de locação.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	2017	2016
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.744.000	out/17	-	2.577.296
GTL Trade Finance Inc.	Controlada	Bond 30 anos	1.118.000	abr/44	1.654.000	1.629.550
Diaco S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	137.700	ago/18	128.019	397.238
Armacero-Matco S.A., Salomon Sack S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	214.793	dez/18	226.700	-
Gerdau Holding Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.188.125	jan/20	1.711.649	1.801.389
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.117.750	jan/21	1.570.546	3.345.222
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.973.313	jul/18 - dez/21	1.797.856	2.061.260
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	6.550	-
GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc.	Controlada	Bond 10 anos	2.606.346	abr/24	3.031.974	2.987.154
Sipar Aceros S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	436.959	set/18-set/21	85.920	434.706
Gerdau Trade Inc.	Controlada	Bond 10 anos	1.501.275	abr/23	1.792.291	1.832.625
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	98.359	set/18 - fev/19	287.690	354.585
Gerdau Steel India Ltd.	Controlada	Contratos de Financiamento	-	Indeterminado	-	55.130
Comercial Gerdau Bolívia	Controlada	Contratos de Financiamento	-	nov/17	-	13.036
Gerdau Açominas S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	2.960.203	jan/20 - fev/21	2.158.271	2.627.205
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 25 anos	103.596	out/37	168.708	166.214
Gerdau Ameristeel Us. Inc.	Controlada	Bond 30 anos	46.460	mai/37	76.084	74.959
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	556.247	out/24 - dez/30	282.534	318.784
Gerdau Aços Longos S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	7.007	dez/18	7.007	304.194
Siderúrgica Zuliana, C.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	50.010	dez/18	33.080	65.182
Gerdau Ameristeel Corporation; Gerdau Ameristeel US Inc.; Gerdau Macsteel Inc.; Comercial Gerdau Bolívia S.A.; Gerdau Aza S.A.; Gerdau Metaldom S.A.; Sipar Aceros S.A.; Gerdau Hungria Holdings LLC; Aceros Corsa S.A. de C.V.; Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.; Gerdau GTL México S.A. de C.V.; Sidertul S.A. de C.V.; Steelchem Trading Corporation; Empresa Siderúrgica Del Perú S.A.A.; Gerdau Hungria Y CIA, S.R.C e Gerdau Laisa S.A.	Controladas e Empresas com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	-	out/20	178.200	635.525
Gerdau Aços Especiais S.A.	Controlada	Contratos de Financiamento	70.000	fev/20	-	63.000

c) Debêntures: Das debêntures em circulação, estão em poder de empresas controladas, títulos no montante de R$ 586.950 em 31/12/2017 (R$ 657.559 em 31/12/2016), que corresponde a 7.977 debêntures (9.826 em 31/12/2016). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R$ 348 em 31/12/2017 (R$ 33.438 em 31/12/2016), que corresponde a 63 debêntures (5.964 em 31/12/2016). **d) Condições de preços e encargos:** Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **e) Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31/12/2017, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R$ 2.022 (R$ 2.280 em 31/12/2016) na controladora e R$ 20.441 (R$ 33.686 em 31/12/2016) em termos consolidados. Em 31/12/2017, as contribuições para os planos de pensão relativas aos seus administradores, totalizaram R$ 81 e R$ 14.829 - Plano de contribuição definida (R$ 41 e R$ 1.359 em 31/12/2016) na controladora e no consolidado, respectivamente.

Para os administradores, as opções de compras de ações totalizaram no final do exercício:

	2017	
	Número de opções	Preço Médio de Exercício R$
No início do exercício	398.179	16,64
Opções canceladas	(217.819)	15,11
No final do exercício	180.360	17,91

As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2017	2016
No início do exercício	4.831.999	1.669.557
Outorgadas	1.353.930	3.399.729
Exercidas	(240.619)	(237.287)
No final do exercício	5.945.310	4.831.999

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 25. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R$ 1.145 na controladora e R$ 14.609 em termos consolidados no exercício findo em 31/12/2017 (R$ 2.259 e R$ 14.095 em 31/12/2016, respectivamente). Durante o exercício findo em 31/12/2017 a remuneração dos membros do Conselho Consultivo foi de R$ 0 na controladora e no consolidado (R$ 1.958 em 31/12/2016).

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2017:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	320	489	1.149	1.490
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	-	-	55.307
Total do ativo	320	489	1.149	56.797
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	-	1.084.758	1.144.080
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	-	-	316.230	305.447
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	-	-	23.876	55.276
Total do passivo	-	-	1.424.864	1.504.803
Parcela do Circulante	-	-	253	409
Parcela do Não-circulante	-	-	1.424.611	1.504.394

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego: A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(19.286)	15.457

Em 31/12/2017, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R$ (470.580) (R$ (355.194) em 31/12/2016) para a controladora e R$ (1.227.722) (R$ (1.111.842) em 31/12/2016) para o consolidado. **Plano de Pensão de Benefício Definido:** A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente	-	-	60.595	57.619
Custo financeiro	1.081	1.073	90.381	199.389
Receita de juros sobre os ativos do plano	(2.047)	(1.826)	(64.128)	(186.856)
Custo do serviço passado	-	-	1.082	2.788
Liquidações/Reduções	-	-	(566)	609
Restrição ao custo dos juros devido à limitação de recuperação	966	753	21.211	22.916
Custo líquido com plano de pensão	-	-	108.575	96.465

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(10.723)	(10.433)	(4.314.592)	(4.174.653)
Valor justo dos ativos do plano	18.724	19.317	3.456.613	3.292.890
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(8.001)	(8.884)	(226.779)	(207.010)
Efeito líquido	-	-	(1.084.758)	(1.088.773)
Ativo reconhecido	-	-	-	55.307
Passivo reconhecido	-	-	(1.084.758)	(1.144.080)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variação na obrigação de benefício				
Obrigação de benefício no início do exercício	10.433	8.922	4.174.653	4.739.299
Custo do serviço corrente	-	-	60.595	57.619
Custo financeiro	1.081	1.073	195.557	199.389
Pagamento de benefícios	(1.067)	(1.008)	(335.471)	(317.505)
Custo do serviço passado	-	-	1.082	2.788
Liquidações/Reduções	-	-	(52.035)	609
Remensurações atuariais	276	1.446	235.549	186.905
Transferência para passivo mantido para venda	-	-	(101.794)	-
Variação cambial	-	-	136.456	(694.451)
Obrigação de benefício no final do exercício	10.723	10.433	4.314.592	4.174.653

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variação nos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	19.317	14.864	3.292.890	3.865.411
Receita de juros sobre os ativos do plano	2.047	1.826	169.304	186.857
Contribuições dos patrocinadores	-	-	111.450	(47.574)
Liquidações/Reduções	-		(51.469)	(6.710)
Pagamentos de benefícios	(1.067)	(1.008)	(335.471)	(317.505)
Retorno sobre os ativos do plano	(1.573)	3.635	232.214	109.153
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	(73.127)	-
Variação cambial	-	-	110.822	(496.742)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	18.724	19.317	3.456.613	3.292.890

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R$ 3.558 (R$ 1.895 em 31/12/2016).

As remensurações são reconhecidas na Demonstração dos Resultados Abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Retorno sobre os ativos do plano	1.573	(3.635)	(232.214)	(109.153)
Remensurações atuariais	276	1.446	235.549	186.905
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	(1.849)	2.189	(1.696)	3.065
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes	-	-	1.639	80.817
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas	115.386	42.091	-	-
Total reconhecido nos resultados abrangentes	115.386	42.091	1.639	80.817

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

	Controladora				
	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(10.723)	(10.433)	(8.922)	(9.596)	(8.724)
Valor justo dos ativos do plano	18.724	19.317	14.864	15.083	12.871
Superávit	8.001	8.884	5.942	5.487	4.147
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	276	1.446	(820)	796	(1.293)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	1.573	(3.635)	1.007	(1.668)	1.642

	Consolidado				
	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.314.592)	(4.174.653)	(4.330.737)	(3.791.670)	(3.113.818)
Valor justo dos ativos do plano	3.456.613	3.292.890	3.865.411	3.319.133	3.081.582
Superávit/Déficit	(857.979)	(881.763)	(465.326)	(472.537)	(32.236)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	235.549	186.905	(202.749)	466.829	(272.767)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(232.214)	(109.153)	235.275	(69.748)	33.417

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes. A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2017	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	48,3%
Renda Variável	-	45,0%
Outros	2,0%	6,7%
Total	100,0%	100,0%

	2016	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	97,0%	45,8%
Renda Variável	-	48,5%
Outros	3,0%	5,7%
Total	100,0%	100,0%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas. As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos. A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa. A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2017 e 2016, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

	2017	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	9,84%	3,25% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2017
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2017
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano de Aposentadoria	Baseada na idade e/ou no serviço

	2016	
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,87%	3,75% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,25%
Tábua de mortalidade	RP-2000	CPM-2014 e RP-2014
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Experiência do Plano de Aposentadoria	Baseada na idade e/ou no serviço

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego: A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R$ 2.852 em 2017 (R$ 4.269 em 2016) para a controladora e R$ 132.399 em 2017 (R$ 143.561 em 2016) no consolidado. **c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego:** O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente. Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2017	2016
Custo do serviço corrente	4.441	4.481
Custo financeiro	12.162	15.494
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)
Custo líquido com plano de saúde	22.372	(55.812)

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2017	2016
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)
Passivo total líquido	(316.364)	(305.447)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2017	2016
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	305.447	446.842
Custo do serviço corrente	4.441	4.481
Custo financeiro	12.162	15.494
Custo do serviço passado	5.769	(75.787)
Contribuições dos participantes	1.556	2.212
Pagamento de benefícios	(14.230)	(14.799)
Remensurações	(14.452)	(3.673)
Variação cambial	15.671	(69.323)
Obrigação de benefício no final do exercício	316.364	305.447

	2017	2016
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	12.572	12.463
Contribuições dos participantes	1.556	2.212
Pagamentos de benefícios	(14.128)	(14.675)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2017	2016	2015	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Déficit	(316.364)	(305.447)	(446.843)	(351.538)	(369.086)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	(14.452)	(3.673)	(45.884)	42.345	(20.980)

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2017	2016
Remunerações	(14.452)	(3.673)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	(14.452)	(3.673)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2017	2016
Taxa média de desconto	3,25% - 3,50%	3,75% - 4,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	6,88% - 7,60%	6,40% - 6,80%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2026 a 2041	4,00% - 4,50%	4,00% - 4,50%

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	92	(765)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	37.871	(47.434)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento: Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R$ 23.876 em 31/12/2017 (R$ 55.276 em 31/12/2016).

NOTA 20 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para passivos ambientais	496	893	85.191	83.806
Parcela do Circulante	496	893	21.928	17.737
Parcela do Não-circulante	-	-	63.263	66.069

NOTA 21 - OBRIGAÇÕES COM FIDC - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 17 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cujo valor justo na data de constituição do FIDC foi de aproximadamente R$ 800 milhões. Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A. A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R$ 1.135.077 em 31/12/2017 (R$ 1.007.259 em 31/12/2016) na Controladora e no Consolidado em "Obrigações com FIDC".

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias. A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

	2017		2016	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	571.929.945	1.137.018.570	571.929.945	1.114.744.538
Aquisições de ações para tesouraria	-	-	-	(10.000.000)
Exercício de opções de compra de ações	-	308.614	-	2.274.032
Transferência de ações	-	-	-	30.000.000
Saldo no fim do período/exercício	571.929.945	1.137.327.184	571.929.945	1.137.018.570

Em 31/12/2017 estão subscritas e integralizadas 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R$ 19.249.181 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

	Composição acionária											
	2017						2016					
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Metalúrgica Gerdau S.A. e subsidiária*	557.898.901	97,3	95.471.131	8,3	653.370.032	38,0	449.712.654	78,4	202.806.626	17,7	652.519.280	37,9
Investidores institucionais brasileiros	254.785	-	155.227.424	13,5	155.482.209	9,0	41.883.032	7,3	92.721.295	8,1	134.604.327	7,8
Investidores institucionais estrangeiros	7.254.556	1,3	708.109.387	61,8	715.363.943	41,6	11.122.498	1,9	705.652.715	61,5	716.775.213	41,8
Outros acionistas	6.521.703	1,1	178.519.242	15,6	185.040.945	10,8	69.211.761	12,1	135.837.934	11,9	205.049.695	11,9
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	8.704.061	0,8	10.401.599	0,6	1.697.538	0,3	9.012.675	0,8	10.710.213	0,6
	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0	573.627.483	100,0	1.146.031.245	100,0	1.719.658.728	100,0

* A Metalúrgica Gerdau S.A. é a controladora da Companhia e a Stichting Gerdau Johannpeter é a entidade controladora da Companhia em última instância.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Ações em tesouraria:** A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2017				2016			
	Ações Ordinárias	R$	Ações Preferenciais	R$	Ações Ordinárias	R$	Ações Preferenciais	R$
Saldo inicial	1.697.538	557	9.012.675	98.189	1.697.538	557	31.286.707	382.806
Recompras	-	-	-	-	-	-	10.000.000	95.343
Exercício de opção de compra de ações	-	-	(308.614)	(22.661)	-	-	(2.274.032)	(10.461)
Transferência de ações	-	-	-	-	-	-	(30.000.000)	(369.499)
Saldo final	1.697.538	557	8.704.061	75.528	1.697.538	557	9.012.675	98.189

Estas ações serão utilizadas para atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, ou permanência em tesouraria para posterior alienação no mercado ou cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R$ 8,68. **c) Reservas de lucros: I) Legal** - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais -** pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. **III) Investimentos e Capital de Giro -** é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial -** são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2017. O prejuízo líquido do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela reserva de lucros - investimentos e capital de giro, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(359.360)	(2.890.811)
Absorção de prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro	359.360	2.890.811

No exercício de 2017, a Gerdau S.A. destinou R$ 85.462 para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros nove meses de 2017. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro, conforme demonstrado a seguir:

Período	Natureza	R$/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2017	2016
2º trimestre	Dividendos	0,02	1.709.205	21/08/2017	01/09/2017	34.184	51.225
3º trimestre	Dividendos	0,03	1.709.267	21/11/2017	01/12/2017	51.278	34.152
Dividendos						85.462	85.377
Crédito por ação (R$)						0,05	0,05

NOTA 23 - LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

De acordo com a norma IAS 33 - Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) líquido com os montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Básico e Diluído

	2017			2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
		(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)	
Numerador						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(120.267)	(239.093)	(359.360)	(969.954)	(1.920.857)	(2.890.811)
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo à média das ações em tesouraria.	571.929.945	1.137.012.265		571.929.945	1.132.626.373	
Lucro por ação (em R$) - Básico e Diluído	(0,21)	(0,21)		(1,70)	(1,70)	

Em virtude do prejuízo do exercício, a Companhia está considerando o mesmo prejuízo por ação básico e diluído, sem considerar os efeitos no cálculo diluído do potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de incentivo de longo prazo.

NOTA 24 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas	1.587.342	1.517.074	42.156.553	42.935.022
Impostos incidentes sobre vendas	(284.173)	(271.724)	(2.956.896)	(2.765.957)
Descontos	(11.642)	(15.271)	(2.282.038)	(2.517.398)
Receita líquida de vendas	1.291.527	1.230.079	36.917.619	37.651.667

NOTA 25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

a) Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

	Consolidado
Em 01/01/2016	12.525.256
Outorgadas	13.357.922
Canceladas	(3.046.593)
Exercidas	(2.403.094)
Em 31/12/2016	20.433.491
Outorgadas	3.170.952
Canceladas	(1.901.782)
Exercidas	(2.727.577)
Em 31/12/2017	18.975.084

Em 2017, a Companhia aprovou alterações no plano de incentivo de longo prazo possibilitando a utilização de múltiplas formas de remuneração baseada em ações e alterando a carência de exercício de cada outorga para 3 anos. Em 2017 foram outorgadas Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados.

b) Plano de opções de ações:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Número de opções	Preço médio de exercício R$	Número de opções	Preço médio de exercício R$
No início do exercício	569.115	16,64	1.074.246	18,36
Opções canceladas	(276.724)	15,11	(505.131)	20,49
No final do período	292.391	17,91	569.115	16,64

A cotação média da ação no exercício findo em 31/12/2017, foi de R$ 11,19 (R$ 7,68 no exercício findo em 31/12/2016). A Companhia possui, em 31/12/2017, um total de 8.704.061 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

	Consolidado			
Preço de exercício	Quantidade	Prazo médio das opções	Preço médio de exercício R$	Quantidade disponível em 31/12/2017*
R$ 14,39	40.873	1,2	13,89	40.873
R$ 10,58 a R$ 29,12	251.518	5,0	18,56	16.795
	292.391			57.668

* O total de opções que venceram o prazo de carência e estão disponíveis para exercício em 31/12/2017 é de 57.668 (57.678 em 31/12/2016).

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no exercício findo em 31/12/2017 foi de R$ 25.403 (R$ 38.023 em 31/12/2016). A Companhia reconhece o custo do plano de opções de ações com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Não houve novas outorgas para esse plano durante o exercício findo em 31/12/2017 e durante o exercício findo em 31/12/2016. **c) Demais Planos - América do Norte:** A Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes na América do Norte e nenhuma outra outorga será concedida nesses planos. Todas as outorgas pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2017, existiam 147.210 SARs - *Share Appreciation Rights* (Direito de Apreciação de ações) liquidáveis em dinheiro pendentes nesses planos. Esta outorga é provisionada ao longo do período de carência de 4 anos. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o passivo em aberto para transações dos demais planos da América do Norte, incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante era de US$ 9 mil (R$ 29,8) e US$ 10 mil (R$ 32,6), respectivamente.

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:

	Exercício findo em:											
	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América do Sul		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	12.562.727	11.634.862	15.433.380	15.430.814	4.025.736	4.775.598	6.228.543	6.884.733	(1.332.767)	(1.074.340)	36.917.619	37.651.667
Custo das vendas	(10.996.383)	(10.405.078)	(14.823.590)	(14.514.789)	(3.523.394)	(4.103.231)	(5.301.172)	(6.238.749)	1.331.544	1.073.906	(33.312.995)	(34.187.941)
Lucro bruto	1.566.344	1.229.784	609.790	916.025	502.342	672.367	927.371	645.984	(1.223)	(434)	3.604.624	3.463.726
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(539.613)	(678.369)	(569.696)	(778.218)	(202.862)	(253.177)	(166.656)	(284.962)	(176.081)	(244.302)	(1.654.908)	(2.239.028)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.513)	2.111	29.113	26.223	11.260	41.396	14.989	14.166	47.882	43.951	91.731	127.847
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(45.279)	-	(1.069.528)	(2.779.146)	-	(138.765)	-	-	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)
Resultado em operações com empresas controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(721.682)	(58.223)	(721.682)	(58.223)
Reversão de passivos contingentes, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	929.711	-	929.711	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(111.581)	(46.917)	41.554	16.366	15.460	-	19.970	17.780	(34.597)	(12.771)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	969.939	553.526	(1.111.902)	(2.662.033)	352.294	338.187	791.164	375.188	98.577	(241.228)	1.100.072	(1.636.360)
Resultado financeiro, líquido	(564.397)	(603.373)	(46.184)	(63.654)	(74.301)	(96.822)	(122.837)	(148.313)	(335.629)	(33.093)	(1.143.348)	(945.255)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	405.542	(49.847)	(1.158.086)	(2.725.687)	277.993	241.365	668.327	226.875	(237.052)	(274.321)	(43.276)	(2.581.615)
Imposto de renda e contribuição social	(103.263)	13.140	201.807	133.818	(123.552)	(107.124)	(192.902)	(64.348)	(77.481)	(279.800)	(295.391)	(304.314)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	302.279	(36.707)	(956.279)	(2.591.869)	154.441	134.241	475.425	162.527	(314.533)	(554.121)	(338.667)	(2.885.929)
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.216.526	885.050	59.478	90.267	6.490	6.386	50.273	92.637	-	-	1.332.767	1.074.340
Depreciação/amortização	909.333	952.848	684.121	874.299	155.038	182.672	344.059	526.136	-	-	2.092.551	2.535.955
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	346.080	303.526	584.898	404.522	199.647	-	149.674	90.796	1.280.299	798.844
Ativos totais	17.051.262	18.672.770	14.872.755	16.459.784	5.208.265	5.582.926	8.834.041	11.970.203	4.335.438	1.949.458	50.301.761	54.635.141
Passivos totais	9.592.948	10.761.705	3.315.546	3.407.444	1.711.963	1.651.590	2.753.091	6.519.255	9.034.272	8.020.494	26.407.820	30.360.488

Os principais produtos por segmento de negócio são: Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro. Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves. Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados. Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina. A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

Informações por área geográfica:	Exercício findo em:									
	Brasil		América Latina (1)		América do Norte (2)		Europa/Ásia		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita líquida de vendas	13.450.378	12.229.582	4.769.526	5.828.564	18.142.218	17.917.485	555.497	1.676.036	36.917.619	37.651.667
Ativos totais	23.872.075	24.266.983	6.009.394	6.159.387	19.629.950	23.463.447	790.342	745.324	50.301.761	54.635.141

(1) Não inclui as operações do Brasil. (2) Não inclui as operações do México.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 27 - SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

		Consolidado	
Modalidade	**Abrangência**	**2017**	**2016**
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	57.062.113	60.924.807
Lucro Cessante.....	Lucro líquido somado às despesas fixas	6.464.512	8.354.147
Responsabilidade Civil .	Operações industriais	535.896	527.974

NOTA 28 - PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento. A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R$ 1.114.807 (R$ 2.917.911 em 2016), sendo R$ 265.369 (R$ 239.329 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa (nota 28.1) e R$ 849.438 (R$ 2.678.582 em 2016) como resultado do teste de recuperabilidade do ágio (nota 28.2). **28.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa:** No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R$ 265.369, sendo R$ 45.279 no segmento Brasil e R$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Em 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R$ 239.329, sendo R$ 138.765 no segmento América do Sul e R$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R$ 138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 28.2 do teste de recuperabilidade do ágio. **28.2 Teste de recuperabilidade do ágio:** A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. No quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e com base nos eventos descritos anteriormente, principalmente pelo aumento da taxa de desconto antes do imposto de renda no segmento América do Norte, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 849.438 para o segmento América do Norte. Em 2016, os testes identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 2.678.582 para o segmento América do Norte ocasionados pela deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA à época. O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2016). As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,6% (13,1% em dezembro de 2016); b) Aços Especiais: 13,1% (14,0% em dezembro de 2016); c) América do Sul: 14,7% (14,6% em dezembro de 2016); e d) Brasil: 15,2% (14,9% em dezembro de 2016). Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 849 milhões (abaixo do valor contábil em R$ 2.679 milhões em 2016); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R$ 437 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 724 milhões em 2016); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R$ 3.989 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.601 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R$ 1.747 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.225 milhões em 2016). A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 506 milhões (abaixo do valor contábil em R$ 872 milhões em 2016), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R$ 3.422 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.170 milhões em 2016), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R$ 265 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 486 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R$ 999 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 425 milhões em 2016). Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 310 milhões (abaixo do valor contábil em R$ 661 milhões em 2016); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R$ 3.596 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.301 milhões em 2016); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R$ 318 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 561 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R$ 1.254 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 673 milhões em 2016). A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

NOTA 29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Depreciação e amortização.....	(107.350)	(134.335)	(2.092.551)	(2.535.955)
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	(198.761)	(282.113)	(5.514.721)	(6.508.834)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(760.560)	(646.414)	(23.423.950)	(22.863.693)
Fretes.....	(50.287)	(36.858)	(2.281.773)	(2.279.459)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos.....	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)
Resultado em operações com empresas controladas.....	-	-	(721.682)	(58.223)
Reversão de passivos contingentes, líquido.....	116.925	-	929.711	-
Outras despesas/receitas.....	(64.199)	(58.258)	(1.563.177)	(2.111.181)
	(1.064.232)	(1.157.978)	(35.782.950)	(39.275.256)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos.....	(1.116.959)	(1.099.721)	(33.312.995)	(34.187.941)
Despesas com vendas	(3.994)	(8.625)	(524.965)	(710.766)
Despesas gerais e administrativas	(61.366)	(50.277)	(1.129.943)	(1.528.262)
Outras receitas operacionais	28.044	15.910	260.618	242.077
Outras despesas operacionais.....	(26.882)	(15.265)	(168.887)	(114.230)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos.....	-	-	(1.114.807)	(2.917.911)
Resultado em operações com empresas controladas.....	-	-	(721.682)	(58.223)
Reversão de passivos contingentes, líquido.....	116.925	-	929.711	-
	(1.064.232)	(1.157.978)	(35.782.950)	(39.275.256)

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Rendimento de aplicações financeiras	194	318	85.153	142.965
Juros recebidos e outras receitas financeiras	57.032	26.947	141.462	109.080
Total Receitas Financeiras	57.226	27.265	226.615	252.045
Juros sobre a dívida.....	(86.714)	(146.386)	(1.323.448)	(1.540.797)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(502.644)	(551.939)	(402.836)	(469.208)
Total Despesas Financeiras	(589.358)	(698.325)	(1.726.284)	(2.010.005)
Variação cambial, líquida.....	(86.074)	1.176.355	(4.057)	851.635
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (nota 17).....	44.751	-	369.819	-
Ganhos e perdas com instrumentos financeiros, líquidos.....	-	(1.447)	(9.441)	(38.930)
Resultado Financeiro, Líquido.....	(573.455)	503.848	(1.143.348)	(945.255)

NOTA 31 - EVENTOS SUBSEQUENTES

I) Em 8/01/2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 3 meses contados a partir da data de autorização, de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou *American Depositary Receipts* - ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação no mercado. As aquisições serão suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Em 17/01/2018 o programa de recompra de ações foi concluído. **II)** Em 31/01/2018, a Companhia anunciou um acordo definitivo de venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, assim como duas unidades de processamento para a Optimus Steel LLC por US$ 92,5 milhões (equivalente a R$ 292,5 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, o qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. O acordo inclui a usina da Companhia localizada em Beaumont, Texas e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products. A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo. **III)** Em 14/02/2018, a Companhia comunicou a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento. **IV)** Em 26/02/2018, a Diretoria efetuou proposta relativa à dividendo por conta de reservas de lucros pré-existentes, que serão calculados e creditados sobre as posições detidas pelos acionistas em 09/03/2018, no montante de R$ 51,0 milhões (R$ 0,03 por ação ordinária e preferencial), com pagamento previsto para 21/03/2018, e foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Gerdau S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gerdau S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gerdau S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investigação e contingências no âmbito da Operação Zelotes

Veja a nota explicativa nº 17.II das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia e determinadas controladas são partes em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio originado em reorganização societária ocorrida entre os anos de 2004 e 2005, e processos administrativos e judiciais relativos à tributação de lucros gerados no exterior. A Administração e seus consultores jurídicos tributários entendem que, para esses processos, a avaliação de risco de perda é possível e, por esse motivo, não há o registro de provisões passivas relacionadas aos temas. Adicionalmente, parte das decisões obtidas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF relacionada a esses processos, e outros temas envolvendo a Companhia no âmbito da denominada Operação Zelotes, estão em processo de investigação por autoridades federais brasileiras, incluindo o Poder Judiciário, a fim de apurar supostos atos ilícitos. A Companhia contratou assessores jurídicos independentes com o objetivo de realizar investigação para determinar, entre outros, se existe qualquer indício de fraude, dolo, má fé, ou qualquer outra expressão da pretensão de cometimento de ato ilícito por parte dos administradores e/ou executivos da Companhia no seu relacionamento com as autoridades governamentais, na negociação, celebração ou condução fora do escopo dos contratos firmados pela Companhia. Tanto a investigação interna como as investigações das autoridades brasileiras, inclusive pelo Poder Judiciário, estão em andamento. Consideramos esses temas como um dos principais assuntos de auditoria, em função de seu elevado grau de julgamento sobre eventuais perdas financeiras, a complexidade dos processos administrativos e/ou judiciais, o estágio atual das investigações internas, e eventuais sanções, penalidades e contingências, que podem originar impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, e do desenho e efetividade dos controles internos relacionados a classificação de potencial risco de perdas dos processos administrativos e/ou judiciais relacionados à glosa da dedutibilidade do ágio originado em reorganização societária e da tributação de lucros gerados no exterior, e dos julgamentos significativos utilizados para determinar os eventuais montantes a serem registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com o auxílio de nossos especialistas tributários, examinamos os argumentos técnicos, pareceres fiscais e opiniões legais preparados pela Companhia e por seus assessores tributários e/ou jurídicos independentes, bem como obtivemos confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo os casos descritos acima. Com auxílio de nossos especialistas forenses, realizamos a leitura dos papeis de trabalho e evidências obtidas pelos auditores predecessores sobre o assunto no exercício anterior, bem como obtivemos o entendimento do escopo, da extensão, da metodologia, e do estágio atual das investigações internas, no âmbito da Operação Zelotes, realizados por assessores jurídicos independentes; e nos comunicamos com o Conselho de Administração da Companhia, responsáveis diretos pelo processo de investigação. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o tratamento contábil aplicado sobre contingências, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Veja as notas explicativas nº 10, 11 e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos consolidados da Companhia incluíam ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$ 7.891.142 mil, gerado na aquisição de controles de investidas, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, e ativos imobilizados no montante de R$ 16.443.742 mil, cujo valor recuperável deve ser avaliado sempre que existam indicadores de perda. A avaliação e a consequente necessidade, ou não, de registro de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos é suportada por estimativas de projeções futuras de fluxo de caixa descontado que levam em consideração os plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, dos orçamentos e das análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia; e obtivemos o entendimento sobre alocação do ágio por expectativa de rentabilidade futura às unidades geradoras de caixa (UGC). Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores. Efetuamos também, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, uma análise independente de sensibilidade com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados de cada UGC resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil. Avaliamos, também, a adequação das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor do ágio e do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

Veja as notas explicativas nº 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, ativos fiscais diferidos no montante de R$ 1.404.735 mil e R$ 3.054.393 mil na controladora e consolidado, respectivamente, relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia realiza estimativas, com alto grau de julgamento, para determinar a probabilidade de recuperação desses ativos fiscais diferidos, principalmente pela geração futura de lucros tributáveis. Em função do histórico de prejuízos fiscais, de bases negativas de contribuição social e dos julgamentos relevantes realizados pela Companhia na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o teste do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a estimativa de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, especialmente sobre a preparação e revisão do plano de negócios, dos orçamentos, das alíquotas tributárias aplicáveis em cada jurisdição relevante, e da determinação de lucro tributável suficiente para a compensação futura dos prejuízos fiscais ou créditos tributários não utilizados. Com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos, à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização, e a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e Cofins	
Veja as notas explicativas nº 17.I das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 15 de março de 2017 o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema de repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. A Companhia e suas controladas são autoras de ações judiciais que discutem a exclusão do ICMS sobre as vendas da base de cálculo das contribuições para o PIS e da Cofins, e, até aquela data, realizava depósitos judiciais e o provisionamento contábil em relação ao tributo não recolhido por considerar que era provável que seria necessário uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31 de março de 2017, a Companhia, tendo como base a decisão do STF, e o julgamento de seus assessores jurídicos internos e externos, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, realizou a reversão da provisão contábil acima mencionada no montante de R$ 1.299.530 mil. Consideramos o tema como um dos principais assuntos de auditoria, em função dos montantes envolvidos, do grau de julgamento sobre eventuais perdas financeiras realizados pela Companhia, e da necessidade de reavaliação do risco de perda quando houver a modulação de efeitos por parte do STF, que podem originar impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relacionados a avaliação, mensuração e divulgação das provisões tributárias dos passivos contingentes. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas jurídicos e tributários, avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação. Avaliamos, também, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas fornecem informações sobre a natureza, exposição e os valores relativos ao tema. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o tratamento contábil aplicado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 21 de fevereiro de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2018

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da KPMG Auditores Independentes, datado de 27 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

Bolívar Charneski | Carlos Roberto Schröder | Celene Carvalho de Jesus | Geraldo Toffanello | Herculano Anibal Alves

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:
CLAUDIO JOHANNPETER

Conselheiros:
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER
RICHARD CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
AFFONSO CELSO PASTORE
AOD CUNHA DE MORAES JÚNIOR
FERNANDO FONTES IUNES

DIRETORIA

Diretor Presidente:
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretores Vice-Presidentes:
FRANCISCO DEPPERMANN FORTES
HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Diretores:
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG
FLADIMIR BATISTA LOPES GAUTO
FERNANDO PESSANHA SANTOS
CESAR OBINO DA ROSA PERES
MAURO DE PAULA
ANDRÉ BRICKMANN ARENO

CLEMIR ÜHLEIN
Contador CRC RS 044845/O-8/S/RJ
CPF nº 424.614.210-72